

*RELATÓRIO DE CONCLUSÕES E
RECOMENDAÇÕES*



CHBM

**Centro Hospitalar
Barreiro Montijo EPE**

Período Económico de 2015

INDICE

I – INTRODUÇÃO	3
1. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE	3
2. METODOLOGIAS E PONTOS-CHAVE UTILIZADOS NA AUDITORIA.....	4
II – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	5
III – AUDITORIA ÀS CONTAS.....	6
1. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	6
2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS E ERROS.....	6
3. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	8
4. AUDITORIA AOS ÍTENS DE BALANÇO	9
4.1. <i>Investimentos</i>	9
4.2. <i>Inventários e Ajustamentos</i>	13
4.3. <i>Terceiros</i>	16
4.4. <i>Meios Financeiros Líquidos</i>	28
4.5. <i>Provisões e Outras Contingências</i>	29
4.6. <i>Acréscimos e Diferimentos</i>	32
4.7. <i>Fundos Patrimoniais</i>	35
5. AUDITORIA AOS ÍTENS DE RESULTADOS.....	38
5.1. <i>Rendimentos e Ganhos</i>	39
5.2. <i>Gastos e Perdas</i>	40
6. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	42
6.1. <i>Orçamento de Resultados</i>	42
6.2. <i>Orçamento e Cabimentação</i>	50
IV – AUDITORIA AOS PROCEDIMENTOS.....	54
7. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES.....	54
7.1. <i>Dever de informação</i>	54
7.2. <i>Programa pagar a tempo e horas</i>	54
7.3. <i>Objetivos de redução do déficit orçamental</i>	55
8. CONTRATAÇÃO PÚBLICA	57
9. RECURSOS HUMANOS	59
V – RELATÓRIO DE GESTÃO	61

I – Introdução

Procedemos à revisão legal das contas da entidade relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2015, de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias. Em consequência do exame efectuado emitimos a respectiva Certificação Legal das Contas com data de 26 de Abril de 2016.

1. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

<i>Constituição e Objecto Social</i>	<p>O Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E. (CHBM) é uma pessoa coletiva, com natureza de entidade pública empresarial, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial de natureza empresarial.</p> <p>O objeto social da entidade consiste na prestação de cuidados de saúde à população, designadamente aos beneficiários do Serviço Nacional de Saúde e aos beneficiários dos subsistemas de saúde, ou de entidades externas que com ele contratualizem a prestação de cuidados de saúde, e a todos os cidadãos em geral. Desenvolver atividades de investigação, formação e ensino, sendo a sua participação na formação de profissionais de saúde dependente da respetiva capacidade formativa, podendo ser objeto de contratos-programa em que se definam as respetivas formas de financiamento.</p>
<i>Localização</i>	<p>A atividade é exercida na sede social sita na Avenida Movimento das Forças Armadas no Barreiro, e na Rua Machado Santos 52/54 Montijo, não havendo outros estabelecimentos, dependências, sucursais.</p>
<i>Enquadramento Societário e Capital</i>	<p>O capital estatutário inicial era de € 29.930.000,00 conforme consta no Decreto-Lei n.º 233/05 de 29 de Dezembro que aprova os respetivos estatutos, com as alterações introduzidas pelo DL nº 244/2012, de 9 de Novembro. Por Despacho Conjunto dos Ministérios das Finanças e da Administração Pública e da Saúde, de 23 de Dezembro de 2009, foi subscrito um aumento de capital social no valor de € 8.000.000. Assim, o capital social passou a ser de € 37.930.000.</p> <p>Em 24 de Setembro 2011, de acordo com o Despacho Conjunto dos Ministérios das Finanças, da Administração Pública e da Saúde, foi determinado um aumento do capital estatutário em 3.000.000,00€ passando o capital do CHBM para € 40.930.000,00.</p> <p>Em 13 de janeiro de 2014, pelo Despacho Conjunto nº 14181 -A/2013, de 1 de Novembro, foi realizada uma subscrição de € 12.800.000,00 pelo Estado através da entrega das unidades de participação detidas pelo Fundo de Apoio ao Sistema de Pagamentos do Serviço Nacional de Saúde, passando o capital para € 53.730.000,00.</p> <p>Em 29 de dezembro de 2014, pelo Despacho Conjunto nº 15476-B/2014, de 19 de Dezembro foi realizada uma subscrição pelo Estado em numerário, no montante de € 45.300.000,00, ficando assim o capital estatutário do CHBM em € 99.030.000,00.</p>

	O capital encontra-se totalmente subscrito e realizado.
<i>Enquadramento Fiscal</i>	A entidade tem o número de contribuinte de 509 186 998. I.R.C. • Regime geral de tributação. I.V.A. • Regime normal com periodicidade trimestral, realizando operações isentas previstas no nº 2 do artigo 9º do CIVA (isenção incompleta).
<i>Organização Contabilística</i>	Para o registo das diversas operações por si efetuadas, a entidade possui contabilidade organizada nos termos do Artigo 115º do CIRC e do Artigo 44º do CIVA. A contabilidade do Hospital é executada em observância do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei nº158/2009, de 13 de julho Como elementos contabilísticos possui balancetes analíticos e sintéticos, extratos detalhados por conta e entidade para qualquer período solicitado. A entidade possui todos os elementos requeridos pelo Artigo 119º do CIRS e Artigo 120º do CIRC. Os lançamentos contabilísticos encontram-se suportados por documentos devidamente numerados e arquivados, encontrando-se as operações registadas por ordem cronológica.

2. METODOLOGIAS E PONTOS-CHAVE UTILIZADOS NA AUDITORIA

O nosso trabalho incluiu, entre outros aspectos, os seguintes:

- ♥ Reuniões com a Administração e outros responsáveis e leitura das actas relevantes, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários;
- ♥ Análise do respeito pelo normativo contabilístico aplicável e apreciação das regras e procedimentos contabilísticos, da organização geral e da fiabilidade do sistema contabilístico;
- ♥ Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas, nomeadamente, os critérios e métodos de reconhecimento e mensuração adoptados pela Entidade e que se encontram divulgadas no Anexo;
- ♥ Verificação do suporte documental das operações, em particular no que concerne à sua legalidade e objectividade;
- ♥ Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte;
- ♥ Análise do sistema de controlo interno, com vista ao planeamento do âmbito e extensão dos procedimentos de auditoria, que incidiu especialmente nas áreas de compras, recepção e contas a pagar, e vendas, expedição e contas a receber, tendo sido efectuados os testes de controlo apropriados;

- Realização dos testes substantivos que considerámos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos e enquadramento das operações face ao sistema fiscal, utilizando quadros próprios de auditoria.

II – Conclusões e Recomendações

Em consequência do trabalho efetuado, concluímos que, em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes a posição financeira da entidade em 31 de Dezembro de 2015, os resultados das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto de que face aos avultados resultados negativos apurados no presente período e aos prejuízos acumulados de períodos anteriores, que não foram totalmente cobertos pelos aumentos de capital estatutário realizados nos últimos anos, os capitais próprios do Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E. passaram a estar negativos no montante de € 813.092,62 (oitocentos e treze mil, noventa e dois euros e sessenta e dois cêntimos). Esta situação negativa, face à natureza da entidade, não coloca em causa a sua continuidade, mas sim o seu carácter empresarial, a sua sustentabilidade e solvabilidade.

III – Auditoria às Contas

Nos pontos seguintes apresentamos as verificações realizadas em cada uma das áreas da entidade bem como as inconformidades detectadas nas suas contas e no seu sistema de controlo interno.

1. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Despacho nº 1507/2014, de 16 de Janeiro, vem estabelecer a obrigatoriedade, aplicável às entidades públicas empresariais, incluindo os Centros Hospitalares a apresentação das contas de 2014 no Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei nºK158/2009, de 13 de julho, esta obrigatoriedade inicia-se com a apresentação de contas do período de 2014. Seguindo estas orientações da tutela e as circulares normativas da ACSS, o Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E. (CHBM) procedeu à reconversão do Plano de Contas de POCMS para SNC com efeito a 1 de Janeiro, iniciando assim o período de 2014 no normativo contabilístico SNC.

Embora tenham existido dúvidas sobre a aplicabilidade do Despacho acima referido os Gabinetes da Secretaria de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado da Saúde vieram clarificar essas dúvidas, e emitiram um novo Despacho nº 3016-A/2015, de 23 de Março que permite o alargamento do prazo por um ano para o cumprimento das obrigações constantes no nº 1 do referido Despacho nº 1507/2014.

As contas do Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E, referente ao período de 2014 e 2015 foram apresentadas no referencial contabilístico SNC.

Desta forma, o **Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E. (CHBM)** adota na preparação das suas demonstrações financeiras as disposições do Sistema de Normalização Contabilístico aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de Julho e, em particular as Normas Contabilísticas de Relato financeiro (NCRF) definidas no Aviso n.º 15655/2009 e as Demonstrações Financeiras publicadas pela Portaria n.º 986/2009 de 7 de Setembro.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS E ERROS

Validámos os requisitos globais que permitem assegurar a comparabilidade das demonstrações financeiras emitidas pela entidade, quer com as do período anterior, quer com as de outras entidades, conforme em observância das bases para a apresentação de demonstrações financeiras (BADF) preconizadas no SNC.

A o Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E. (CHBM) emitiu um conjunto completo de demonstrações financeiras, sobre as quais nos compete emitir o correspondente parecer e que compreendem:

- ♥ O Balanço (modelo normal);
- ♥ A Demonstração dos Resultados por naturezas (modelo normal);
- ♥ A Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios;
- ♥ A Demonstração dos Fluxos de Caixa; e
- ♥ O Anexo das Notas.

Foram analisadas as demonstrações financeiras no sentido de apurar o respeito pelos seguintes pressupostos contabilísticos fundamentais:

- ♥ **Continuidade** das operações da entidade, validando se o órgão de gestão fez uma avaliação da capacidade da entidade prosseguir encarando-a como uma entidade em continuidade, divulgando as incertezas materiais relacionadas com acontecimentos ou condições que possam lançar dúvidas significativas acerca da capacidade da entidade em prosseguir o normal período da sua atividade;
- ♥ **Regime da periodização económica** (balanceamento, diferimento e acréscimo), verificando se os itens foram reconhecidos como rendimentos, gastos, activos, passivos e capitais próprios em observância dos critérios de reconhecimento definidos na Estrutura Conceptual;
- ♥ **Consistência** de apresentação, validando se a apresentação e a classificação de itens nas demonstrações financeiras dos períodos de 2014 e 2015 foram mantidas de um período para o outro;
- ♥ **Materialidade e agregação**, verificando se cada classe material de itens semelhantes foi separada ou agregada nas demonstrações financeiras, sendo que os itens de natureza ou função não semelhantes devem ser apresentados separadamente, salvo se forem imateriais. Validando que todos os elementos materialmente relevantes e que podem afectar avaliações ou decisões pelos utentes interessados, se encontram relatados nas demonstrações financeiras;
- ♥ **Compensação**, validando se os rendimentos, os gastos, os activos e os passivos não foram compensados, para efeito da sua divulgação nas demonstrações financeiras, ou seja, se foram separadamente relatados;
- ♥ **Comparabilidade**, validando se foi divulgada informação comparativa com o período imediatamente anterior e se a mesma foi preparada com as mesmas bases de apresentação.

Identificaram-se eventuais juízos de valor (com excepção dos que envolvam estimativas) que o órgão de gestão tenha feito no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Analisaram-se os principais pressupostos relativos ao futuro e as principais fontes de incerteza das estimativas (caso envolvam risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de activos e passivos durante o ano financeiro seguinte).

O reconhecimento, a mensuração, a divulgação e aspectos particulares de apresentação de transacções específicas e outros acontecimentos preconizados pelas Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), serão tratados nos pontos subsequentes, aquando da análise de cada uma das áreas de auditoria.

Concluimos que, na sua essência, as políticas contabilísticas subjacentes ao referencial contabilístico adoptado pela entidade na preparação das suas demonstrações financeiras foram respeitados, pelo que não coloca em causa a verdadeira e apropriada imagem das mesmas.

3. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Foram analisados todos os acontecimentos, favoráveis e desfavoráveis, que ocorreram entre a data do balanço e a data de emissão da certificação legal das contas susceptíveis de dar lugar a ajustamentos.

Nenhum dos acontecimentos analisados constituem prova de condições que existiam à data do balanço que originem ajustamentos ao mesmo, pelo que não houve nenhum registo contabilístico a realizar.

4. AUDITORIA AOS ITENS DE BALANÇO

4.1. Investimentos

4.1.1. Revisão analítica

Evolução Trimestral	2013		2014				2015			
	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	
Investimentos	42.427.442	41.339.625	40.409.727	39.484.415	38.591.328	37.607.540	36.702.450	36.173.074	35.517.481	
<i>Variação trimestral</i>		-3%	-2%	-2%	-2%	-3%	-2%	-1%	-2%	
<i>Variação homóloga (Δ 14/15)</i>						-9%			-8%	

De acordo com o quadro acima, verificámos uma diminuição gradual do valor dos investimentos, resultando fundamentalmente pelo valor pouco expressivo dos investimentos realizados durante os anos de 2014 e 2015 e pelo registo das depreciações do período.

4.1.2. Ativos Fixos Tangíveis

No que concerne a estes elementos, foram realizadas as seguintes verificações:

- Inspeção física dos principais elementos dos activos fixos tangíveis, incluindo os activos em curso e os adiantamentos por conta de activos fixos tangíveis, bem como a sua cobertura pelo seguro. Da amostra seleccionada, foi possível verificar que os elementos dos activos fixos tangíveis se encontram em adequadas condições de uso para as finalidades da empresa e que estão adequadamente cobertos de riscos seguráveis, na Companhia de Seguros Vitória Seguros, S.A;
- Confirmação direta da titularidade de bens sujeitos a registo e dos eventuais ónus ou encargos incidentes sobre tais bens, bem como a existência de outros activos dados como garantia de passivos ou outros compromissos. Verificámos que todos os bens sujeitos a registo se encontram actualizados e que não existem ónus ou encargos sobre estes ou outros ativos fixos tangíveis;
- Verificação de compromissos contratuais para aquisição de activos. Não foram identificados quaisquer compromissos contratuais para aquisições de ativos;
- Verificação das bases de mensuração usadas (modelo do custo e/ou modelo de revalorização) para cada uma das classes de activos. A entidade adotou o modelo de revalorização para o seus edifícios e terrenos e o modelo do custo para as restantes classes dos seus ativos fixos tangíveis;

- ☛ Análise de possíveis situações que obriguem ao reconhecimento de perdas de imparidade de ativos fixos tangíveis e das circunstâncias que conduziram à reversão de perdas. Das indagações realizadas, constatámos que não foram identificadas situações passíveis de reconhecimento de perdas de imparidade;
- ☛ Verificação das quantias reconhecidas no item de activos fixos tangíveis, comparadas com o período imediatamente anterior, conforme quadro seguinte:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS					
	2014	2015	Montantes Validados	Diferença	Observações
431	3.610.595,52 €	3.610.595,52 €	3.610.595,52 €	0,00 €	Varição OK
432	37.272.714,39 €	37.532.879,19 €	37.532.879,19 €	0,00 €	Varição OK
433	24.613.097,76 €	24.589.055,10 €	24.589.055,10 €	0,00 €	Varição OK
434	325.908,62 €	323.908,28 €	323.908,28 €	0,00 €	Varição OK
435	5.243.165,42 €	5.286.926,04 €	5.286.926,04 €	0,00 €	Varição OK
437	73.739,76 €	76.938,25 €	76.938,25 €	0,00 €	Varição OK
T43	71.139.221,47 €	71.420.302,38 €	71.420.302,38 €	0,00 €	

Verificámos ainda as aquisições de ativos fixos tangíveis ocorridas durante o período em análise, no montante total de € 1.030.352,63. Validámos ainda os abates de bens no montante total de € 749.271,72, conforme quadro seguinte:

Conta	Aquisições no Período	Abates no Período
432 - Edifícios e Outras Construções	260.164,80 €	- €
433 - Equipamento Básico	689.932,31 €	713.974,97 €
434 - Equipamento de Transporte	18.943,58 €	20.943,92 €
435 - Equipamento Administrativo	58.113,45 €	14.352,83 €
437 - Outros. A.F.T.	3.198,49 €	- €
Total	1.030.352,63 €	749.271,72 €

No ano de 2015, foram abatidas contabilisticamente viaturas automóveis que já tinham sido fisicamente abatidas e ou alienadas em anos anteriores: Uma ambulância abatida em 2009, marca Ford Transit, conforme o certificado de distribuição de veículo em fim de vida.

Duas viaturas ligeiras da marca Nissan e Renault que também foram destruídas em 2013, conforme o certificado de distribuição de veículo em fim de vida.

Um motociclo que foi alienado em 2008, conforme fatura. Todos estes bens já se encontravam totalmente amortizados. Foi verificado o cancelamento das matrículas em causa.

- ☛ Validação da adequação das depreciações praticadas, do método usado, bem como da respetiva relevância fiscal:

DEPRECIÇÕES A CUMULADAS A TIVOS FIXOS TANGÍVEIS

	2014	2015	Montantes Validados	Diferença	Observações
4382	4.992.882,14 €	7.979.172,89 €	7.979.172,89 €	0,00 €	Varição OK
4383	22.170.443,12 €	22.432.567,20 €	22.432.567,20 €	0,00 €	Varição OK
4384	317.573,66 €	306.938,00 €	306.938,00 €	0,00 €	Varição OK
4385	5.014.272,36 €	5.133.371,11 €	5.133.371,11 €	0,00 €	Varição OK
4387	69.030,73 €	72.558,18 €	72.558,18 €	0,00 €	Varição OK
T438	32.564.202,01 €	35.924.607,38 €	35.924.607,38 €	0,00 €	

Foram analisados os mapas de apuramento das depreciações acumuladas dos ativos fixos tangíveis, tendo-se verificado os saldos de todas as rubricas dos mapas e feito o controlo com as respectivas subcontas da conta 43. Verificou-se que não existem divergências entre os mesmos.

Foram ainda validados os gastos reconhecidos no período de depreciações de ativos fixos tangíveis, tendo por base o método adoptado, bem como as vidas úteis definidas, de acordo com o quadro seguinte:

DEPRECIÇÕES DO PERÍODO A TIVOS FIXOS TANGÍVEIS

	2015	Montantes Validados	Diferença
6422	2.986.290,75 €	2.986.290,75 €	0,00 €
6423	975.217,64 €	975.217,64 €	0,00 €
6424	10.308,26 €	10.308,26 €	0,00 €
6425	133.451,58 €	133.451,58 €	0,00 €
6427	3.527,45 €	3.527,45 €	0,00 €
T642	4.108.795,68 €	4.108.795,68 €	0,00 €

As amortizações calculadas pela entidade, têm em consideração o mês de aquisição dos bens, utilizando para o efeito o critério dos duodécimos.

O valor dos ativos fixos tangíveis constante no Balanço representa de uma forma verdadeira e apropriada o valor desta tipologia de bens que a entidade possui, tendo em conta dos princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

4.1.3. Ativos Intangíveis

No que concerne a estes elementos, foram realizadas as seguintes verificações:

- ♥ Análise dos principais elementos dos activos intangíveis, incluindo os activos em curso e os adiantamentos por conta de activos intangíveis. Da amostra seleccionada, foi possível verificar

que os elementos dos activos intangíveis estão em uso para as finalidades da empresa e que geraram valor económico durante o presente período económico;

- ♥ Confirmação directa da titularidade de elementos sujeitos a registo e dos eventuais ónus ou encargos incidentes sobre tais elementos, bem como a existência de outros activos intangíveis dados como garantia de passivos ou outros compromissos. Verificámos que todos os elementos sujeitos a registo se encontram devidamente suportados e actualizados e que não existem ónus ou encargos sobre estes ou outros activos intangíveis;
- ♥ Verificação de compromissos contratuais para aquisição de activos intangíveis. Não foram identificados quaisquer compromissos contratuais para aquisições de ativos intangíveis;
- ♥ Verificação das bases de mensuração usadas (modelo do custo e/ou modelo de revalorização) para cada uma das classes de activos. A entidade adoptou o modelo do custo para todas as classes dos seus activos intangíveis e não se verificou a ocorrência de ativos intangíveis gerados internamente;
- ♥ Análise de possíveis situações que obriguem ao reconhecimento de perdas de imparidade de activos intangíveis e das circunstâncias que conduziram à reversão de perdas. Das indagações realizadas, constatámos que não foram identificadas situações passíveis de reconhecimento de perdas de imparidade;
- ♥ Análise das quantias de ativos intangíveis relacionadas com gastos de desenvolvimento;
- ♥ Verificação das quantias reconhecidas no item de activos intangíveis, comparadas com o período imediatamente anterior, conforme quadro seguinte:

ATIVOS INTANGÍVEIS					
	2014	2015	Montantes Validados	Diferença	Observações
442	442.785,94 €	442.785,94 €	442.785,94 €	0,00 €	Variação OK
443	1.054.506,82 €	1.057.244,33 €	1.057.244,33 €	0,00 €	Variação OK
T44	1.497.292,76 €	1.500.030,27 €	1.500.030,27 €	0,00 €	

Verificámos ainda que durante o período de 2015 foi adquirido software no valor 2.737,51 €.

- ♥ Validação da adequação das amortizações praticadas, do método usado, bem como da respectiva relevância fiscal.

A MORTIZAÇÕES A CUMULADAS A TIVOS INTANGÍVEIS

	2014	2015	Montantes Validados	Diferença	Observações
4482	442.785,94 €	442.785,94 €	442.785,94 €	0,00 €	Variação OK
4483	1.038.198,49 €	1.049.718,93 €	1.049.718,93 €	0,00 €	Variação OK
T448	1.480.984,43 €	1.492.504,87 €	1.492.504,87 €	0,00 €	

Foram analisados os mapas de apuramento das amortizações acumuladas dos ativos intangíveis, tendo-se verificado os saldos de todas as rubricas dos mapas e feito o controlo com as respectivas subcontas da conta 44. Verificou-se que não existem divergências entre os mesmos.

Foram ainda validados os gastos reconhecidos no período de amortizações de ativos intangíveis, tendo por base o método adoptado, bem como as vidas úteis definidas, de acordo com o quadro seguinte:

A MORTIZAÇÕES DO PERÍODO A TIVOS INTANGÍVEIS

	2015	Montantes Validados	Diferença
6432	0,00 €	0,00 €	0,00 €
6433	11.520,44 €	11.520,44 €	0,00 €
T643	11.520,44 €	11.520,44 €	0,00 €

O valor do item de ativos intangíveis constante no Balanço representa de uma forma verdadeira e apropriada o valor destes activos em uso pela entidade, tendo em conta as bases de mensuração e reconhecimento.

4.2. Inventários e Ajustamentos

4.2.1. Revisão analítica

Evolução Trimestral	2013		2014				2015			
	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	
Inventários	1.925.168	2.037.356	1.859.158	1.612.768	1.887.498	1.658.869	1.945.581	2.934.096	3.071.981	
<i>Varição trimestral</i>		6%	-9%	-13%	17%	-12%	17%	51%	5%	
<i>Varição homóloga ($\Delta 14/15$)</i>						-2%			63%	

Verificamos que no exercício de 2015 houve um aumento dos inventários em cerca de 63% (1.184.482€ em termos absolutos). A situação justifica-se essencialmente pelo acréscimo verificado no consumo de medicamentos para a Hepatite C e de outros produtos farmacêuticos.

4.2.2. Trabalho Desenvolvido

Em relação aos Inventários e respectivos ajustamentos foram realizadas os seguintes trabalhos:

- ♥ Observação das operações de inventariação física, incluindo a apreciação das normas internas aplicáveis à sua execução, corte das operações, testes das contagens efectuadas e da respectiva valorização, cálculo e compilação;

Para efeitos de apuramento e verificação dos valores para as demonstrações financeiras relativas a 31 de Dezembro de 2015, realizaram-se contagens finais à totalidade das existências nos armazéns de Farmácia e Aprovisionamentos. Foram constituídas várias equipas para as contagens, todas elas por nós acompanhadas. Durante as contagens da logística e da farmácia verificámos que foram respeitadas as normas e os procedimentos internos do Inventário Anual, pelo que não existe qualquer recomendação adicional.

Realizámos testes por amostragem da contagem do "Kardex", não se tendo detetado qualquer situação de registo.

Nos últimos dias de 2015 procedeu-se à inventariação física dos "stocks" que se encontram nas despensas dos serviços, sendo que o inventário do material de consumo clínico foi efetuado pelos enfermeiros e técnicos dos serviços e o inventário dos medicamentos foi efetuado por técnicos dos Serviços Farmacêuticos.

- ♥ Análise das políticas contabilísticas adoptadas na mensuração dos inventários e validação do modelo de custeio incluindo a análise dos inventários mensurados ao justo valor menos os custos de os vender.

O CHBM utiliza o sistema de inventário permanente, o que lhe permite obter, em qualquer momento, conhecimento do valor de existências que se encontram em armazém.

- ♥ Situações de inventários que tenham sido dados como penhor ou garantia, bem como os que se encontram fora da empresa.

- ♥ Análise das quantias expressas nos itens dos inventários, reconciliando as relevadas na contabilidade com o sistema de gestão de armazéns, conforme quadro da página seguinte:

Movimento de stocks durante o período económico de 2015

Conta		3361	3363	3364	3365	3366	3367	3368	TOTAIS	
Descrição		Produtos Farmacêuticos	Produtos Alimentares	Produtos de Consumo Clínico	Material de Consumo administrativo	Material de Consumo hoteleiro	Material de Manutenção e Conservação	Outro material de consumo		
Contabilidade	Stock inicial	1.455.470,59	0,00	408.402,09	11.883,46	9.686,68	2.055,40	0,00	1.887.498,22	
	Compras / Produção	16.025.122,76	1.593,62	2.621.969,91	97.266,37	129.614,71	125.187,58	2.233,96	19.002.988,91	
	Consumos	14.860.419,88	1.594,13	2.626.921,50	88.127,44	131.668,70	129.658,52	2.233,97	17.840.624,14	
	Regularizações fim de exerc.	Sobras	6.245,36	0,00	1.937,76	417,89	514,17	0,00	0,00	9.115,18
		Quebras	3.425,20	0,00	1.284,68	317,50	113,98	0,00	0,00	5.141,36
		Outros	13.672,26	0,51	0,00	0,00	0,00	4.470,96	0,01	18.143,74
	Stock final	2.636.665,89	0,00	404.103,58	21.122,78	8.032,90	2.055,40	0,00	3.071.980,55	
	Stock final (calculado)	2.636.665,89	0,00	404.103,58	21.122,78	8.032,88	2.055,42	0,00	3.071.980,55	
	Diferenças	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,02	0,02	0,00	0,00	
	%	86%	0%	13%	1%	0%	0%	0%		
Programa gestão de stocks	Stock inicial	1.266.127,13	0,00	383.478,21	11.883,46	9.686,68	2.055,40	0,00	1.673.230,88	
	Compras / Produção	16.469.999,65	1.594,13	2.618.354,47	102.853,46	126.147,62	124.698,40	774.270,67	20.217.918,40	
	Consumos	15.672.236,16	1.594,13	2.632.149,34	93.630,91	128.195,92	124.698,40	774.270,67	19.426.775,53	
	Outras Entradas	705.036,98	0,00	807.266,81	417,86	59.463,89	0,00	0,00	1.572.185,54	
	Outras Sairas	734.147,01	0,00	806.343,41	402,34	59.069,38	0,00	0,00	1.599.962,14	
	Acertos no Preço Médio	77,07	0,00	5,48	1,26	0,00	0,00	0,00	83,81	
	Stock final (apres. em lista.)	2.034.857,65	0,00	370.612,24	21.122,79	8.032,90	2.055,40	0,00	2.436.680,98	
	Stock final (calculado)	2.034.857,66	0,00	370.612,22	21.122,79	8.032,89	2.055,40	0,00	2.436.680,96	
Dif. entre s.f. calc. E s.f. listag.	0,01	0,00	-0,02	0,00	-0,01	0,00	0,00	-0,02		
Diferenças entre Contabilidade e Programa de Stocks	Stock inicial	189.343,46	0,00	24.923,88	0,00	0,00	0,00	0,00	214.267,34	
	Compras	-444.876,89	-0,51	3.615,44	-5.587,09	3.467,09	489,18	-772.036,71	-1.214.929,49	
	Consumos	-811.816,28	0,00	-5.227,84	-5.503,47	3.472,78	4.960,12	-772.036,70	-1.586.151,39	
	Stock final (Sf Cont - Sf Apr e Farm Calc)	601.808,24	0,00	33.491,34	-0,01	0,00	0,00	0,00	635.299,57	
Justificação das diferenças	Hepatite C	364.181,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	364.181,42	
	Stocks das despesas dos serviços	237.626,82	0,00	33.491,34	0,00	0,00	0,00	0,00	271.118,16	
	Diferença Final	0,00	0,00	0,00	-0,01	0,00	0,00	0,00	-0,01	

Da análise ao quadro anterior conclui-se o seguinte:

- Retiramos do programa de gestão de stocks os valores referentes ao programa "Medicamentos Hepatite C". Com efeito verificámos que os valores registados no programa de gestão de stocks não contemplam as notas de crédito emitidas neste âmbito;
- O cálculo do valor do "stock" final dos Medicamentos da Hepatite C é o seguinte:

Stock Inicial	Total de Compras	Total de Notas de Crédito	Compras - valor líquido	Consumos	Stock Final
1	2	3	4=2-3	5	6=1+4-5
0,00	6.868.257,27	5.050.646,97	1.817.610,30	1.453.428,88	364.181,42

- As restantes diferenças entre os valores de "stocks" da Contabilidade e os de Farmácia e Aproveitamentos provêm da contabilização dos "stocks" existentes nas despesas dos serviços do Hospital no final de 2015.

- Continuam a subsistir diferenças entre os valores de compras registados pela Contabilidade e os registados pelo programa de "stocks" (Aprovisionamentos e Farmácia). Deveria implementar-se procedimentos de validação de entradas em Armazém e respetivos reflexos contabilísticos, de modo a eliminar discrepâncias a este nível (tendo especial atenção ao corte de operações no final de cada período de análise).
- Na sequência da análise das diferenças anteriores, a contabilidade procedeu a um conjunto de regularizações contabilística que foram por nós validadas.

Realizámos ainda uma análise das situações justificativas da realização de ajustamentos para redução de inventários e das circunstâncias ou acontecimentos que conduziram à sua reversão, bem como as respetivas implicações fiscais, não se tendo detetado qualquer situação digna de registo.

Não foram detetadas quaisquer situações materialmente relevantes que comprometam a imagem verdadeira e apropriada do valor dos inventários constante nas demonstrações financeiras da entidade.

4.3. Terceiros

4.3.1. Clientes e Ajustamentos

4.3.1.1. Revisão analítica

Evolução Trimestral	2013		2014			2015			
	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
Clientes	6.950.755	6.790.722	25.372.488	5.961.228	3.631.433	3.360.684	3.394.872	4.399.072	1.305.476
Adiantamento de Clientes	-118.798.736	-132.005.532	-145.347.032	-133.127.050	-93.105.512	-107.885.930	-122.450.445	-120.201.752	-52.135.431
Outros Devedores	12.866	12.706	283.096	282.607	278.129	286.179	288.472	91.451.305	29.018.321
Total	-111.835.116	-125.202.104	-119.691.448	-126.883.215	-89.195.951	-104.239.067	-118.767.100	-24.351.376	-21.811.634
<i>Variação trimestral</i>		-12%	4%	-6%	30%	-17%	-14%	79%	10%
<i>Variação homóloga (Δ14/15)</i>									76%

Verificámos que no decurso do ano de 2015 houve uma melhoria na rubrica de clientes cerca de 76%. As variações ocorridas nesta rubrica estão sobretudo relacionadas com os montantes faturados e os que se encontram por faturar no âmbito do contrato-programa. De referir que todos os adiantamentos efetuados pela ACSS, IP, no âmbito do contrato-programa, estão registados na conta de adiantamento de clientes e que no final de 2015 apresentava um saldo de 52.135.431,12 €.

Descrição	Valor
Saldo Inicial	93.089.444,94
Valores Recebidos em 2015	58.517.731,59
Valores regularizados em 2015	-99.471.745,41
Saldo Final	52.135.431,12

Descrição	Valor
ADSE	33.297,51
C.PROG 2011	-26.520,38
C.PROG 2012	7.795.261,11
C.PROG 2013	32.849.937,09
C.PROG 2015	56.072.793,28
F. ARMADAS	1.266.804,21
F. MILITARIZADAS	822.240,21
C.PROG 2010	-219,06
C. Extr. Regu. Dívida 2012	658.151,44
Saldo Final	99.471.745,41

4.3.1.2. Trabalho desenvolvido

No âmbito da análise de Clientes, validámos os montantes constantes de adiantamentos de clientes que dizem respeito aos valores transferidos pela ACSS no âmbito do contrato-programa que ainda não foram faturados pelo Centro Hospitalar.

Foram também analisadas as situações justificativas da realização de ajustamentos para redução do saldo de clientes, em particular no que respeita à recuperabilidade e exigibilidade das respetivas dívidas, bem como a sua relevância fiscal.

Verificámos a existência de clientes/utentes em cobrança duvidosa no valor global de € 110.298,42, que foram ajustados a 100% do valor das dívidas. Durante o ano de 2015, registou perdas de imparidade no montante de € 110.298,42 (# 6511) e anulações no montante de 181.043,32 (# 29). No quadro seguinte apresentamos o valor das imparidades:

IMPARIDADE DÍVIDAS DE CLIENTES			
	Cobrança Duvidosa	Contencioso	TOTAL
Entidades públicas	0,00	0,00	0,00
Outros Clientes	93.826,16	16.472,26	110.298,42
TOTAL	93.826,16	16.472,26	110.298,42

Relativamente ao valor de imparidade de dívidas de clientes em saldo constituídos no valor de 110.298,42 € dos quais 16.472,26 € foram reclamados judicialmente e 93.826,16 € encontra em mora.

Foram ainda registados em gastos dívidas incobráveis o valor de 73.118,26 €.

4.3.2. Fornecedores e Outros devedores e Credores

4.3.2.1.Revisão analítica

Evolução Trimestral	2013		2014				2015			
	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	
Fornecedores	29.168.874	32.535.561	34.889.064	37.666.784	27.175.736	28.395.300	15.535.080	14.545.834	9.627.595	
Fornecedores de Investimento	968.643	924.240	1.032.651	1.039.502	1.089.917	1.136.415	1.126.132	1.354.523	1.665.033	
Adiantamento a Fornecedores	-11	0	0	-1	0	0	0	-20	-81	
Outros Credores	6.692.663	6.242.518	6.453.810	6.568.405	4.530.076	4.146.138	3.956.780	14.671.365	11.608.888	
Total	36.830.169	39.702.320	42.375.525	45.274.690	32.795.729	33.677.853	20.617.992	30.571.701	22.901.436	
<i>Variação trimestral</i>		8%	7%	7%	-28%	3%	-39%	48%	-25%	
<i>Variação homóloga (Δ 14/15)</i>						-11%			-30%	

Comparativamente a igual período de 2014 verifica-se uma diminuição do saldo com estas entidades de cerca de 30%, justificada principalmente pelo reforço de verbas por parte da ACSS ocorrido no fim do exercício anterior e que se destinou ao pagamento de dívidas a fornecedores e ao aumento de capital realizado. Desta forma, ao longo do exercício corrente a entidade procedeu à regularização de dívidas a fornecedores no valor global de 17,5 milhões de euros (cerca de 63%). De referir ainda que houve um decréscimo em todas as grandes rubricas de gastos.

4.3.2.2.Trabalho desenvolvido

Procedemos à confirmação direta e por escrito junto dos fornecedores e outros devedores e credores dos saldos de contas, com data de referência a 31 de outubro de 2015, conforme quadro da página seguinte:

Entidades - Saldo a 31-10-2015		Saldo da Contabilidade	Resposta
Nº / Conta	Nome	Valor	
9801171	ABBOTT LABORATÓRIOS, LDA	557.892,08 €	Reconciliado
9852094	ABBVIE, LDA	1.063.367,46 €	Reconciliado
9801399	AMBIMED GESTÃO AMBIENTAL	34.423,75 €	Reconciliado
9825001	ASTELLAS FARMA, LDA	206.558,27 €	Reconciliado
9813004	B. BRAUM MEDICAL, LDA	301.380,68 €	Reconciliado
9802036	BAXTER MEDICO, LDA	55.434,29 €	Novo pedido à data de 31-12-2015
9802031	BAYER PORTUGAL, SA	69.157,05 €	Concordante
9852137	BECKMAN COULTER PORTUGAL	142.651,62 €	Novo pedido à data de 31-12-2015
9828022	BIOGEN IDEC PORTUGAL	118.115,76 €	Novo pedido à data de 31-12-2015
9802134	BRISTOL MYERS SQUIBB, SA	414.164,16 €	Reconciliado
9803303	CLINICA RADIOLOGICA DO ROSÁRIO	63.491,76 €	Reconciliado
9839168	COVIDIEN PORTUGAL, LDA	255.370,77 €	Novo pedido à data de 31-12-2015
9852278	EULEN PORTUGAL SEGURANÇA	41.132,75 €	Reconciliado
9852124	EULEN, SA	152.283,06 €	Reconciliado
9806492	FRESENIUS KABI PHARMA PORTUGAL	216.742,84 €	Novo pedido à data de 31-12-2015
9814045	GILEAD SCIENCES, LDA	3.640.638,67 €	Reconciliado
9852185	GS24 HEALTHCARE SOLUTIONS, SA	21.663,84 €	Novo pedido à data de 31-12-2015
9834022	HELPED PRESTAÇÃO DE SERV.SAÚDE	77.859,64 €	Novo pedido à data de 31-12-2015
9809043	IMI-IMAGENS MÉDICAS, SA	35.267,00 €	Reconciliado
9809165	INST.PORTUGUES DO SANGUE E TRANSP.	473.003,12 €	Reconciliado
9852085	ITAU-INST.TEC.ALIMENT.HUM.	160.602,73 €	Novo pedido à data de 31-12-2015
9810146	JANSSEN-CILAG FARMACÊUTICA	930.539,50 €	Reconciliado
9810291	JOHNSON & JOHNSON MEDICAL	160.680,67 €	Novo pedido à data de 31-12-2015
9852233	KELLY SERVICES HEALTHCARE, LDA	34.455,00 €	Reconciliado
9812181	LABESFAL, SA	278.144,62 €	Novo pedido à data de 31-12-2015
9812131	LABORATÓRIOS PFIZER, SA	439.091,78 €	Novo pedido à data de 31-12-2015
9813033	MERCK, SA	501.028,47 €	Reconciliado
9813356	MSD-MERCK SHARP & DOHME, LDA	288.799,13 €	Reconciliado
9814099	NOVARTIS FARMA, SA	257.659,51 €	Novo pedido à data de 31-12-2015
9852112	OLYMPUS IBÉRICA, SAL	129.169,27 €	Novo pedido à data de 31-12-2015
9816006	PALVIDAS-TRANSP.DOENTES, LDA	42.797,70 €	Novo pedido à data de 31-12-2015
9852355	PZIFER BIOFARMACÊUTICA, LDA	205.979,24 €	Novo pedido à data de 31-12-2015
9816955	QUADRANTES, LDA	191.157,50 €	Reconciliado
9845027	RANDSTAD CLINICA CUIDADOS SAUDE	93.306,93 €	Reconciliado
9818171	ROCHE FARMACÊUTICA QUIMICA, LDA	1.174.421,15 €	Concordante
9818173	ROCHE SISTEMA DE DIAGNÓSTICO, LDA	223.586,10 €	Reconciliado
9819070	SANOFI-PRODUTOS FARMACEUTICOS	164.623,90 €	Concordante
9819169	SIEMENS, SA	160.308,95 €	Concordante
9819729	ST. JUDE MEDICAL, LDA	55.472,20 €	Novo pedido à data de 31-12-2015
9819142	SUCH-SERV.UTILIZAÇÃO COM.HOSP.	81.567,61 €	Reconciliado
9822017	VARIAN-MEDICAL SYSTEMS PORT.	334.205,16 €	Novo pedido à data de 31-12-2015
9822120	VIIV HEALTHCARE UNIPESSOAL, LDA	350.622,43 €	Reconciliado

14.198.818,12 €

Foram circularizadas 42 entidades, não tendo sido obtida resposta em 17 dos casos, os quais foi novamente solicitado um segundo pedido de circularização à data de 31 de dezembro de 2015, conforme quadro da página seguinte:

Entidades - Saldo a 31-12-2015		Saldo da Contabilidade	Resposta
Nº / Conta	Nome	Valor	
9802036	BAXTER MEDICO, LDA	66.078,12 €	Concordante
9852137	BECKMAN COULTER PORTUGAL	49.612,34 €	P.A.
9828022	BIOGEN IDEC PORTUGAL	22.151,88 €	Concordante
9839168	COVIDIEN PORTUGAL, LDA	107.479,15 €	P.A.
9806492	FRESENIUS KABI PHARMA PORTUGAL	144.813,33 €	P.A.
9852185	GS24 HEALTHCARE SOLUTIONS, SA	20.862,78 €	P.A.
9834022	HELPED PRESTAÇÃO DE SERV.SAÚDE	114.264,96 €	Concordante
9852085	ITAU-INST. TEC.ALIMENT.HUM.	286.289,02 €	P.A.
9810291	JOHNSON & JOHNSON MEDICAL	68.732,06 €	Reconciliado
9812181	LABESFAL, SA	155.215,97 €	P.A.
9812131	LABORATÓRIOS PFIZER, SA	48.317,19 €	Concordante
9814099	NOVARTIS FARMA, SA	99.082,34 €	Concordante
9852112	OLYMPUS IBÉRICA, SAL	236.894,17 €	P.A.
9816006	PALVIDAS-TRANSP.DOENTES, LDA	62.393,23 €	P.A.
9852355	PZIFER BIOFARMACÊUTICA, LDA	320.942,23 €	Concordante
9819729	ST. JUDE MEDICAL, LDA	53.429,70 €	Concordante
9822017	VARIAN-MEDICAL SYSTEMS PORT.	192.274,22 €	Concordante
Total		2.048.832,69 €	

Foram circularizadas 17 entidades, não tendo sido obtida resposta em 8 dos casos. Nos casos em que não foi obtida resposta, efetuámos os procedimentos alternativos que considerámos necessários (P.A.).

Consideramos que os procedimentos adotados são suficientes para validar os saldos de fornecedores e outros credores e devedores à data de 31 de Dezembro de 2015.

4.3.3. Pessoal

Foram validados os saldos das contas do pessoal através da reconciliação dos movimentos havidos durante o período, os quais se sintetizam no quadro seguinte:

SALDOS COM O PESSOAL			
Conta	Entidade	Saldos Devedores	Saldos Credores
2312	Pessoal - Vencimentos a liquidar	2.017,99 €	0,00 €
Total Remunerações a pagar		2.017,99 €	0,00 €
2322	Ao Pessoal	326,87 €	0,00 €
Total Adiantamentos ao pessoal		326,87 €	0,00 €
2341	Sindicatos	0,00 €	6.647,43 €
Total Descontos para Outras Entidades		0,00 €	6.647,43 €
Total		2.344,86 €	6.647,43 €

Verificámos que os saldos constantes no quadro anterior foram regularizados Janeiro e Fevereiro de 2016.

4.3.4. Responsabilidades perante Entidades Financeiras

4.3.4.1.Revisão analítica

Evolução Trimestral	2013				2014				2015			
	4º Trím.	1º Trím.	2º Trím.	3º Trím.	4º Trím.	1º Trím.	2º Trím.	3º Trím.	4º Trím.			
Financiamentos Obtidos	12.767.549	0	0	0	0	0	0	0	0			
<i>Variação trimestral</i>		-100%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%			
<i>Variação homóloga (Δ14/15)</i>					0%				0%			

Verificámos que no período em análise, o Hospital não contraiu qualquer empréstimo junto das instituições financeiras, continuando esta conta a apresentar valores nulos desde o 4º trimestre de 2013, período em que liquidou o empréstimo que detinha desde 2008 no Fundo de Apoio ao Sistema de Pagamentos do Serviço Nacional de Saúde (FASP_SNS).

4.3.4.2.Trabalho desenvolvido

Relativamente aos gastos financeiros consideramos que os mesmos se encontram adequados face às responsabilidades assumidas bem como à estrutura financeira da empresa.

Verificámos que à data de 31/12/2015, continua a existir no Mapa de Responsabilidades do Banco de Portugal, um montante de 131.240,00 € (juros) relacionado com factoring sem recurso já vencido, em dívida à BNP Paribas Factor. Relativamente a esta situação, existe um processo judicial em curso, intentado pela BNP Paribas Factor contra o CHBM. (vide ponto 4.5).

Verificámos ainda no Mapa de Responsabilidades do Banco de Portugal, um montante de responsabilidades (Crédito Individual de Responsabilidades Efetivas) de 216.00,00 €, cujo valor é relativo a juros da Farmafactoring Espanha, SA (Entidade Representante da Farmafactoring Itália) reclamados ao CHBM. Quanto a esta situação existe um processo judicial à decorrer intentado pela Farmafactoring Espanha, SA. (vide ponto 4.5).

À data de 31 de dezembro de 2015, não são conhecidos outros montantes de Responsabilidades Financeira, para dos anteriormente mencionados.

4.3.5. Estado e outras Entidades

4.3.5.1.Revisão analítica

Evolução Trimestral	2013		2014			2015			
	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
Estado e Outros Entes Públicos	824.395	863.712	1.449.930	1.301.344	1.346.260	1.353.254	2.470.819	1.224.215	1.210.510
Impostos Diferidos	6.706.733	0	0	0	5.700.989	0	0	0	5.269.018
Total	7.531.128	863.712	1.449.930	1.301.344	7.047.249	1.353.254	2.470.819	1.224.215	6.479.528
<i>Varição trimestral</i>		-89%	68%	-10%	442%	-81%	83%	-50%	429%
<i>Varição homóloga (Δ14/15)</i>					-6%				-8%

Verificámos uma redução de cerca de 8% no saldo com o Estado. Esta variação deve-se principalmente à redução dos gastos com o pessoal e à diminuição do valor dos passivos por impostos diferidos. O decréscimo dos impostos diferidos explica-se pela utilização do excedente de revalorização, pelo reconhecimento da parte do subsídio ao investimento e das doações referentes ao período corrente.

4.3.5.2.Trabalho desenvolvido

No que concerne ao Estado e outras entidades públicas, verificámos a situação fiscal da entidade e a adequada gestão dos impostos, bem como a sua situação relativa à Segurança Social e, ou outros sistemas de proteção social.

A apresenta-se, por cada tipologia de impostos, contribuições e outros tributos os quadros-síntese que decorreram dos movimentos ocorridos neste período económico

Conta 241 IRC

Relativamente ao Estado e outras entidades públicas, verificámos a situação fiscal da entidade e a adequada contabilização dos impostos, bem como a sua situação relativa à Segurança Social e, ou outros sistemas de proteção social.

De seguida apresentamos os quadros e explicações que detalham os movimentos ocorridos neste exercício económico para cada uma das situações analisadas.

Em relação ao IRC do ano anterior, a entidade procedeu à entrega do Modelo 22 dentro do prazo legal. A entidade apresentou coleta, tendo procedido ao pagamento do diferencial entre as retenções na fonte e tributações autónomas e a derrama, conforme quadro da página seguinte:

IRC				
Tipo	31-12-2014	Pag./Receb.	Data	Em dívida
Colecta (+)	100.952,83 €	100.952,83 €	21-05-2015	0,00 €
Ret. Fonte (-)	-2.191,83 €	-2.191,83 €		0,00 €
Pag. Conta (-)	0,00 €	0,00 €		0,00 €
Pag. Adicional por Conta (-)	0,00 €	0,00 €		0,00 €
PEC (-)	-280.000,00 €	-100.952,83 €		-179.047,17 €
Outros (+/-)	31.484,06 €	31.484,06 €		0,00 €
Total	-149.754,94 €	29.292,23 €		

Como é possível observar pelo quadro abaixo a entidade encontrava-se obrigada a efetuar pagamentos por conta e pagamentos especiais por conta. Verificámos que a entidade procedeu ao pagamento espacial por conta, no entanto, é de referir que o 2º pagamento foi realizado fora de prazo, não cumprindo assim com o prazo legal definido para o efeito.

Pagamentos por Conta		Pagamentos Especiais por Conta	
A - Coleta 2014	100.952,83 €	A - Valor Mínimo	1.000,00 €
B - Ret. Fonte 2014	2.191,83 €	B - Vendas e Prestações de Serviços 2014	65.331.801,25 €
C = (A-B)	98.761,00 €	C - Pagamento por Conta 2014	0,00 €
D = 95% do valor C	93.822,95 €	D - Valor Máximo	70.000,00 €
E = D/3	31.274,32 €	E = [A+(B*0,01-A)*20%]-C	70.000,00 €
Pag. por Conta 2015	31.275,00 €	Se Pagam/ em 2 momentos então F= E/2	
		Caso contrário então F = E	
		F - PEC 2015 2 momentos	35.000,00 €

PAGAMENTOS POR CONTA					
	Valor Devido	Data	Valor Pago	Data	Observações
Primeiro	31.275,00	Julho	31.274,31	30-07-2015	-0,69€
Segundo	31.275,00	Setembro	31.274,31	29-09-2015	-0,69€
Terceiro	31.275,00	Dezembro	31.274,31	11-12-2015	-0,69€
	93.825,00		93.822,93		-2,07

PAGAMENTOS ESPECIAIS POR CONTA					
	Valor Devido	Data	Valor Pago	Data	Observações
Primeiro	35.000,00	Março	35.000,00	18-03-2015	
Segundo	35.000,00	Outubro	35.000,00	14-12-2015	Fora do Prazo (45dias)
	70.000,00		70.000,00		

Validámos as retenções efetuadas por terceiros, bem como a estimativa de imposto, nos valores de 3.300,00 € e 25.720,83 €, respetivamente, sendo esta última apurada com base numa elaboração provisória da declaração de rendimentos modelo 22.

		Diferenças
Saldo Final Ret. Fonte:	-3.300,00 €	0,00 €
Saldo Final PC e PEC:	-342.870,10 €	0,00 €
Saldo Final Restantes componentes do IRC:	25.720,83 €	0,00 €
	-320.449,27 €	

O quadro seguinte detalha as retenções na fonte efetuadas por terceiros, sendo que os rendimentos de natureza predial:

RENDIMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DAS RETENÇÕES NA FONTE EFETUADAS POR TERCEIROS							
Conta Rendimentos Financeiros e outros	Valor	Conta Retenção	Taxa	Valor na contabilidade	Valor calculado	Diferença	Obs.
Sujeitos a retenção na fonte	78181	13.200,00 €	2412	25%	3.300,00 €	3.300,00 €	0,00 € OK
Valor a figurar no MODELO 22					3.300,00 €	3.300,00 €	0,00 €

Conta 242 - Retenções efetuadas a terceiros

No quadro seguinte apresenta-se uma síntese dos resultados da auditoria às retenções efetuadas sobre terceiros:

RETENÇÕES				
Descrição	Retenções efectuadas a terceiros			Total
	Trabalho dependente	Trabalho independente	Pensões	
Processamentos				
Total Processamento no ano	6.946.213,00 €	66.313,80 €	2.826,00 €	7.015.352,80 €
Total declarações mensais	6.945.912,00 €	66.313,80 €	2.826,00 €	7.015.051,80 €
Total declarado - DMR / Modelo 10 (J)	6.945.922,00 €	66.236,62 €	2.826,00 €	7.014.984,62 €
Diferença (processado-declarado)	301,00 €	0,00 €	0,00 €	301,00 €
Diferença (processado-DMR)	291,00 €			
Pagamentos				
Total Pago referente ao período	6.945.912,00 €	66.313,80 €	2.826,00 €	7.015.051,80 €
Diferença (pago - processado)	-301,00 €	0,00 €	0,00 €	-301,00 €
Saldos				
Saldo contabilístico no início do ano	535.687,00 €	4.840,38 €	3.411,00 €	543.938,38 €
Saldo contabilístico no fim do ano	548.831,00 €	5.351,93 €	4,00 €	554.186,93 €
Saldo validado no fim	548.632,00 €	5.351,93 €	203,00 €	554.186,93 €
Diferença (validado - contabilizado)	-199,00 €	0,00 €	199,00 €	0,00 €

Tomando como base os elementos constantes no quadro supra, constata-se que:

- Relativamente às retenções de trabalho dependente, existem desfasamentos embora de valor imaterial entre os montantes processados, declarados, contabilizados e calculados no valor de 199,00 €; Verificou-se uma troca de rúbricas entre as retenções de trabalho dependente e retenções de rendimentos de pensões.

De acordo com as DMR submetidas para a A.T., existem divergências nos valores processados e os montantes pagos. Tal facto originou um pagamento adicional de 2.040,00€ solicitados pela A.T. Deste modo as retenções de Dezembro declaradas de acordo com o processamento de salários e foram pagas, de acordo com os valores produzidos nos mapas das DMR.

- Quando às retenções de trabalho independente, não existem desfasamentos entre os montantes processados, declarados, contabilizados e calculados;
- No que respeita às retenções de rendimentos de pensões, existem desfasamentos embora de valor imaterial entre os montantes processados, declarados, contabilizados e calculados no como já explicado acima.

Face às diferenças verificadas recomendamos a sua regularização durante o período de 2016.

Conta 243 – Imposto sobre o valor acrescentado

No quadro seguinte apresenta-se uma síntese dos movimentos e da situação da entidade em sede de IVA.

IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO							
Processamento		Declaração			Pagamento		
Valor	Data	Valor	Data	Diferença	Valor	Data	Diferença
7.510,21 €	SI - 4º Trim.	7.510,21 €	9-Fev-15	0,00 €	7.510,21 €	9-Fev-15	0,00 €
7.243,16 €	1º Trimestre	7.243,18 €	5-Mai-15	0,02 €	7.243,18 €	5-Mai-15	0,00 €
7.124,78 €	2º Trimestre	7.124,78 €	2-Jul-15	0,00 €	7.124,78 €	2-Jul-15	0,00 €
13.824,95 €	3º Trimestre	13.824,95 €	6-Nov-15	0,00 €	13.824,95 €	6-Nov-15	0,00 €
9.598,87 €	4º Trimestre	9.598,87 €	11-Fev-16	0,00 €	9.598,87 €	11-Fev-16	0,00 €
				0,02 €			0,00 €
Totais Modelo C		0,00 €	0,00 €				0,00 €
37.791,76 € --> Processamento normal		Saldo Final IVA a Pagar/Receber Calculado:			9.598,85 €		
0,00 € --> Total Declarações Modelo C		Saldo Final na contabilidade			9.598,89 €		
0,00 € --> Total Declarações Modelo C		Diferença:			-0,04 €		

Do exposto resulta que não existem desfasamentos de relevância em sede deste imposto.

Contribuições para a Segurança Social

A auditoria às contribuições para a Segurança Social compreendeu a análise das responsabilidades dos funcionários e da entidade patronal, as quais se encontram agregadas no quadro da página seguinte.

Verificámos que o valor da diferença relativa a Dezembro de 2015 foi devidamente regularizada na contabilidade em Janeiro de 2016.

Validámos as declarações aceites e processadas registadas na Segurança Social Direta com as declarações em posse do Hospital. Detetámos uma diferença no mês de Abril de 2015 (relativo aos meses de Março de 2015 e anteriores) no valor de 21.429,77€, a favor de Hospital. Recomendamos que se proceda junto dos serviços da Segurança Social ao levantamento e reconciliação da conta-corrente, identificando cabalmente os créditos a favor do Hospital.

SEGURANÇA SOCIAL							
Processamento		Declaração			Pagamento		
Valor	Data	Valor	Data	Diferença	Valor	Data	Diferença
369.243,28 €	Saldo Inicial	369.243,28 €	23-dez-14	0,00 €	369.243,28 €	20-jan-15	0,00 €
386.521,77 €	Janeiro	386.521,86 €	6-fev-15	0,09 €	386.521,77 €	6-fev-15	-0,09 €
398.371,86 €	Fevereiro	398.372,09 €	2-mar-15	0,23 €	398.371,86 €	2-mar-15	-0,23 €
403.253,11 €	Março	403.253,00 €	7-abr-15	-0,11 €	403.253,11 €	20-abr-15	0,11 €
386.027,69 €	Abril	386.027,62 €	30-abr-15	-0,07 €	386.027,69 €	20-mai-15	0,07 €
391.714,53 €	Maio	391.714,41 €	27-mai-15	-0,12 €	391.714,53 €	5-jun-15	0,12 €
717.836,28 €	Junho	717.836,49 €	20-jun-15	0,21 €	717.836,28 €	20-jun-15	-0,21 €
401.589,20 €	Julho	401.619,05 €	22-jul-15	29,85 €	401.619,18 €	20-ago-15	0,13 €
403.488,22 €	Agosto	403.457,89 €	21-ago-15	-30,33 €	403.458,24 €	18-set-15	0,35 €
393.947,96 €	Setembro	391.994,03 €	22-set-15	-1.953,93 €	391.994,06 €	20-out-15	0,03 €
408.340,34 €	Outubro	410.294,95 €	26-out-15	1.954,61 €	410.294,24 €	20-nov-15	-0,71 €
403.375,44 €	Novembro	403.376,54 €	21-ago-15	1,10 €	403.375,44 €	21-ago-15	-1,10 €
421.073,43 €	Dezembro	421.141,39 €	10-jan-16	67,96 €	421.073,43 €	20-jan-16	-67,96 €
				69,49 €			-69,49 €

5.115.539,83 € --> **Processamento do ano** **Saldo Final Calculado:** 421.073,43 €
Saldo Final: 421.073,43 €
Diferença: 0,00 €

Caixa Geral de Aposentações

No quadro seguinte apresenta-se uma síntese dos movimentos e da situação da entidade no que respeita à CGA:

CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES							
Processamento		Declaração			Pagamento		
Valor	Data	Valor	Data	Diferença	Valor	Data	Diferença
495.964,12 €	Saldo Inicial	495.960,50 €	18-dez-14	-3,62 €	495.960,50 €	15-jan-15	0,00 €
505.328,99 €	Janeiro	505.328,65 €	5-fev-15	-0,34 €	505.328,65 €	12-fev-15	0,00 €
507.748,04 €	Fevereiro	507.868,48 €	3-mar-15	120,44 €	507.868,48 €	13-mar-15	0,00 €
506.174,91 €	Março	9,56 €	3-mar-15	-363,57 €	9,56 €	13-mar-15	0,00 €
		505.801,78 €	20-mar-15		505.801,78 €	14-abr-15	0,00 €
487.816,72 €	Abril	39,75 €	23-abr-15	354,70 €	39,75 €	14-mai-15	0,00 €
		488.131,67 €	23-abr-15		488.131,67 €	14-mai-15	0,00 €
517.459,89 €	Maio	21,65 €	27-mai-15	3,26 €	21,65 €	5-jun-15	0,00 €
		517.441,50 €	27-mai-15		517.441,50 €	5-jun-15	0,00 €
913.592,82 €	Junho	913.483,68 €	1-jul-15	-109,14 €	913.483,68 €	13-jul-15	0,00 €
505.997,76 €	Julho	505.997,77 €	3-ago-15	0,01 €	505.997,77 €	5-ago-15	0,00 €
503.922,44 €	Agosto	503.922,78 €	1-set-15	0,34 €	503.922,78 €	11-set-15	0,00 €
493.266,15 €	Setembro	495.220,12 €	22-set-15	1.953,97 €	495.220,12 €	12-out-15	0,00 €
502.140,62 €	Outubro	500.186,72 €	26-out-15	-1.953,90 €	500.186,72 €	26-out-15	0,00 €
489.374,98 €	Novembro	489.364,81 €	19-nov-15	-0,01 €	489.364,81 €	14-dez-15	0,00 €
		10,16 €	27-nov-15		10,16 €	14-dez-15	0,00 €
496.107,25 €	Dezembro	496.107,36 €	7-jan-16	0,11 €	496.107,36 €	11-jan-16	0,00 €
				2,25 €			0,00 €

6.428.930,57 € --> **Processamento do ano** **Saldo Final Calculado:** 496.107,25 €
Saldo Final: 496.107,25 €
Diferença: 0,00 €

A.D.S.E.

No quadro seguinte apresenta-se uma síntese dos movimentos e da situação da entidade no que respeita à ADSE:

ADSE								
Processamento		Declaração			Pagamento			Observações
Valor	Data	Valor	Data	Diferença	Valor	Data	Diferença	
68.147,59 €	Saldo Inicial	68.147,59 €	5-jan-15	0,00 €	68.147,59 €	12-jan-15	0,00 €	
51.940,56 €	Janeiro	51.941,08 €	5-fev-15	0,52 €	51.941,08 €	12-fev-15	0,00 €	DIF. DECL.: 0,52€
51.956,52 €	Fevereiro	51.956,52 €	27-fev-15	0,00 €	51.956,52 €	6-mar-15	0,00 €	
49.523,27 €	Março	49.523,27 €	1-abr-15	0,00 €	49.523,27 €	7-abr-15	0,00 €	
48.957,74 €	Abril	48.957,74 €	5-mai-15	0,00 €	48.957,74 €	12-mai-15	0,00 €	
49.378,02 €	Maio	49.377,50 €	26-mai-15	-0,52 €	49.377,50 €	1-jun-15	0,00 €	DIF. DECL.: -0,52€
94.699,97 €	Junho	94.699,97 €	1-jul-15	0,00 €	94.699,97 €	8-jul-15	0,00 €	
49.011,08 €	Julho	49.011,08 €	3-ago-15	0,00 €	49.011,08 €	5-ago-15	0,00 €	
49.115,37 €	Agosto	49.115,37 €	1-set-15	0,00 €	49.115,37 €	8-set-15	0,00 €	
48.505,65 €	Setembro	48.505,65 €	1-out-15	0,00 €	48.505,65 €	6-out-15	0,00 €	
48.210,64 €	Outubro	48.210,64 €	2-nov-15	0,00 €	48.210,64 €	9-nov-15	0,00 €	
47.851,44 €	Novembro	47.805,89 €	1-dez-15	-45,55 €	47.805,89 €	8-dez-15	0,00 €	DIF. DECL.: -45,55€
47.850,54 €	Dezembro	47.896,09 €	5-jan-16	45,55 €	47.896,09 €	11-jan-16	0,00 €	DIF. DECL.: 45,55€
				0,00 €			0,00 €	

637.000,80 € --> Processamento do ano

Saldo Final Calculado:	47.896,09 €
Saldo Final:	47.896,09 €
Diferença:	0,00 €

Do exposto resulta que não existem desfasamentos de relevância em sede deste imposto.

Em relação aos impostos diferidos estes dizem respeito aos Excedentes de Revalorização, aos Subsídios ao Investimentos e às Doações de bens recebidas, conforme quadro seguinte:

Impostos Diferidos			
Descrição	Valor	Taxa IRC	Passivos por Impostos Diferidos
Excedentes de Revalorização	23.849.101,67 €	21,00%	5.008.311,35 €
Subsídios ao Investimento	1.195.980,69 €	21,00%	251.155,94 €
Doações	45.477,98 €	21,00%	9.550,38 €
Total			5.269.017,68 €

Os valores dos impostos diferidos estão validados nos pontos 4.7.2, 4.7.3 e 4.7.4 seguintes.

O valor das contas a receber e a pagar constantes no Balanço representa de forma verdadeira e apropriada o montante dos direitos e das obrigações que a entidade tem perante terceiros.

4.4. Meios Financeiros Líquidos

4.4.1. Revisão analítica

Evolução Trimestral	2013		2014				2015			
	4º Trím.	1º Trím.	2º Trím.	3º Trím.	4º Trím.	1º Trím.	2º Trím.	3º Trím.	4º Trím.	
Meios Financeiros Líquidos	1.890.352	1.731.123	1.163.927	1.373.605	41.557.643	47.712.056	23.342.169	18.912.584	12.401.410	
<i>Varição trimestral</i>		-8%	-33%	18%	2925%	15%	-51%	-19%	-34%	
<i>Varição homóloga (Δ14/15)</i>					2098%				-70%	

Verificámos que houve uma diminuição significativa do saldo dos meios financeiros líquidos em cerca de 70%, variação justificada essencialmente pela liquidação de dívidas vencidas a fornecedores por via do aumento do capital estatutário no final do exercício anterior e também pelo facto de o ano de 2015 não ter sido objeto de medidas extraordinárias, em comparação com o triénio 2013–2015.

4.4.2. Trabalho desenvolvido

No que diz respeito aos meios financeiros líquidos, o nosso trabalho incidiu sobre as seguintes áreas:

Verificação dos valores em caixa;

No que concerne à caixa, a entidade tem implementado um conjunto de fundos de maneo, em sistema de fundo fixo. Estes fundos são usados apenas para que os serviços disponham de algum dinheiro para pagamentos de pequeno montante. O valor do fundo fixo, no final do ano é devolvido aos serviços financeiros. Validámos um conjunto de despesas associadas aos fundos de maneo e as devoluções efetuadas pelos serviços e não detetámos qualquer anomalia.

VALORES MONETÁRIOS									Fundo Fixo 2015	Fundo Fixo 2014	Varição dos Fundos
Conta	Caixa/Banco	Saldo Inicial	Contabilidade	F.C./ Banco	Dif. Recon.	Reconciliação	Diferença	Obs.			
1111	Caixa A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK			
11801	FM - Aprovisionamento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK	350,00 €	350,00 €	0,00
11802	FM - Tesouraria	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK	300,00 €	300,00 €	0,00
11803	FM - C. Ext. Admissão Doentes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK	60,00 €	60,00 €	0,00
11804	FM - S.I.E.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK	400,00 €	440,00 €	-40,00
11805	FM - Serviço Social	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK	100,00 €	100,00 €	0,00
11806	FM - Pedops	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK	35,00 €	35,00 €	0,00
118109	FM - Urgência	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK	170,00 €	130,00 €	40,00
118110	FM - Transportes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK	100,00 €	100,00 €	0,00
118111	FM - Urgência Montijo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK	0,00 €	40,00 €	-40,00
11817	FM - Pediatria	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK	35,00 €	35,00 €	0,00
11818	FM - Administração	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK	0,00 €	0,00 €	0,00
	Total Caixa	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK			

Análise da posição das contas de depósitos bancários e teste das reconciliações bancárias preparadas pela Entidade;

Análise e teste das quantias inscritas em outros instrumentos financeiros, validando o seu reconhecimento e os métodos de mensuração utilizados.

VALORES MONETÁRIOS								
Conta	Banco	Saldo Inicial	Contabilidade	Banco	Dif. Recon.	Reconciliação	Diferença	Obs.
12104	BES - 52901256	58.687,31 €	107.613,91 €	107.567,37 €	46,54 €	-46,54 €	0,00 €	OK
12105	BES Multibanco - 0003 2309 1869	3.677,31 €	18.882,66 €	41.725,84 €	-22.843,18 €	22.843,18 €	0,00 €	OK
12106	Santander	25.753,83 €	91.153,26 €	93.509,23 €	-2.355,97 €	2.355,97 €	0,00 €	OK
12107	Santander Jornadas	48.662,89 €	51.073,46 €	51.673,46 €	-600,00 €	600,00 €	0,00 €	OK
122101	DGT Conta nº 4422/95	605.566,94 €	2.908.430,25 €	2.908.392,31 €	37,94 €	-37,94 €	0,00 €	OK
122102	DGT Conta nº 4028/ Montijo	12.460,00 €	12.772,80 €	12.772,80 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK
122103	DGT Conta nº 1120014810	40.802.834,95 €	9.211.483,26 €	9.211.483,26 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	OK
Total D.O.		41.557.643,23 €	12.401.409,60 €	12.427.124,27 €	-25.714,67 €	25.714,67 €	0,00 €	OK
Total Valores Monetários		41.557.643,23 €	12.401.409,60 €	12.427.124,27 €	-25.714,67 €	25.714,67 €	0,00 €	OK

Da leitura do quadro acima, podemos verificar que se encontravam pendentes nas reconciliações bancárias, num montante total de 25.714,67 €, dos quais conseguimos reconciliar a totalidade do valor.

Não foram detectados quaisquer desfasamentos de natureza material nos itens de meios financeiros líquidos entre o valor verificado e o valor constante na contabilidade da entidade e relevado nas suas demonstrações financeiras.

4.5. Provisões e Outras Contingências

4.5.1. Revisão analítica

Evolução Trimestral	2013		2014			2015			
	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
Provisões	625.153	625.153	625.153	625.153	503.129	503.129	503.129	503.129	611.366
<i>Varição trimestral</i>		0%	0%	0%	-20%	0%	0%	0%	22%
<i>Varição homóloga (Δ 14/15)</i>					-20%				22%

Durante o último trimestre de 2015 verificámos um aumento das provisões de 22% (correspondente a 108.238 €). A variação ocorrida deve-se ao reconhecimento de novas provisões para os processos judiciais em curso.

4.5.2. Trabalho desenvolvido

Em relação às provisões e outras contingências foram realizadas as seguintes acções:

- ♥ Reuniões com os responsáveis da entidade de forma a obter informações sobre cobranças em curso, litígios ou acções judiciais pendentes e reclamações e impugnações fiscais;
- ♥ Análise das situações justificativas da constituição de provisões para riscos e encargos e divulgação de passivos ou responsabilidades contingentes;

- ♥ Apreciação da política de seguros dos ativos e do pessoal, incluindo a atualização dos capitais seguros;
- ♥ Análise da natureza de ativos contingentes que tenham sido reconhecidos, avaliando a probabilidade de influxos futuros.
- ♥ Solicitação direta a advogados e outras entidades de informações sobre cobranças em curso, litígios ou ações judiciais pendentes e reclamações e impugnações fiscais, bem como honorários em dívida. Nesta área foram recebidas respostas das seguintes entidades e das quantias que consideravam em risco:

MAPA DE PROVISÕES OUTROS RISCOS E ENCARGOS					
Descrição	Valor	% Provisionada	% Fisc. Aceite	% Fiscal Anos Anteriores	Total
31000051 - Autoridade Condições Trabalho	30.600,00 €	30%	30%	30%	9.180,00
670/12.7BEALM - ZUCOTEC - Soc. Construções, Lda.	1.250.000,00 €	Valor proposto		21%	123.044,59
1092/12.5BEALM - BNP Paribas Factor	1.462.636,25 €	Valor proposto		2%	150.000,00
529/11.5BEALM - Márcia Cristina Costa Nobrega	24.080,10 €	42%	42%	0%	10.000,00
707/13.2BEALM - Sónia Isabel do Carmo Bastos Soeiro	390.450,00 €	50%	50%	0%	195.225,00
2242/14.2BELSB - Farmafactoring Espanha, S.A.	704.107,06 €	Valor proposto		0%	40.000,00
690/14.7BEALM - Rui de Jesus Figueiredo Ribeiro	121.175,16 €	50%	50%	0%	60.587,58
2745/15.1BEALM - Maria de Fátima Guerreiro Ludovino	150.000,00 €	50%	50%	0%	75.000,00
					663.037,17
					2015
					611.366,17
					2014
					503.128,52
Valor Provisionado (contab.)		159.908,65		V. Calculado: Aumento	159.908,65
		<i>Valor líquido (Custo - Provento)</i>		Diferença / Correção	0,00
Pagamentos relativos a provisões anteriormente realizadas					51.671,00

Processos Findos à data de 31/12/2015

937/08.9BEALM - Irene Maria Silva Marques Sabino	500.000,00 €	30%	150.000,00 €
349/06.9BEALM - Maria Gabriela Lopes e Felizardo Marques	27.997,04 €	100%	27.997,04 €
477/12.1BEALM - Maria de Lurdes Santos Pinto	30.000,01 €	33%	10.000,00 €
Total de Processos Findos			187.997,04 €

O Reforço total Consubstanciado no valor global de	347.905,69 €	SF	663.037,17 €
Total de Processos Findos	- 187.997,04 €	SI	503.128,52 €
Reforço pelo Saldo de processo em curso à data de 31/12/2015	159.908,65 €	SF - SI	159.908,65 €

Tendo por base os relatórios apresentados pelo advogado José Santana Carlos, a entidade apurou uma provisão para fazer face a riscos e encargos no valor de 663.037,17 €, tendo procedido durante o ano ao pagamento no valor de 51.671,00 € (IBERLIM – 45.0000,00 € e LABELFAT, S.A. –.671,00 €), pelo que o saldo à data de 31/12/2015, o saldo da conta “ 293 – Provisões para judiciais em curso” apresenta um valor global Final de 611.366,17 €.

Face ao período anterior verificámos que à data de 31/12/2015, continuam em processos judiciais em curso os seguintes:

- ♥ Processo de contraordenação n.º 031500057, intentado pela Autoridade para as Condições no Trabalho (ACT - Barreiro);

- ♥ Processo nº 670/12.7BEALM do Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada, intentado pela ZUCOTEC – Sociedade de Construções, Unipessoal, Lda. (Atualmente, MASSA INSOLVENTE DE ZUCOTEC – Sociedade de Construções, Unipessoal, Lda.);
- ♥ Processo nº 1092/12.5BEALM do Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada, intentada pelo, BNP Paribas Factor.

Quanto às novas Provisões para processos judiciais em curso, foram identificados os seguintes:

- ♥ Processo nº 529/11.5BEALM do Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada, intentada por Márcia Cristina Costa Nóbrega que alega negligência médica na assistência prestada. Desta forma, face os elementos do relatório do advogado, o CHBM por uma questão de prudência constitui uma provisão no valor de 10.000,00 €;
- ♥ Processo nº 707/13.2BEALM do Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada, intentada por Sónia Isabel do Carmo Bastos Soeiro, alegando negligência médica na assistência que lhe foi prestada. Desta forma, face os elementos do relatório do advogado, o CHBM por uma questão de prudência constitui uma provisão no valor de 195.225,00 €;
- ♥ Processo nº 2242/14.2BELSB do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, intentada, Farmafactoring España, SA, que alega cobrança de juros moratórios de diversas faturas que lhe foram transmitidas pela Bristol Myers, SA, na sequência de um contrato de cessão de créditos. Face a relatório do advogado, o CHBM por uma questão de prudência constitui uma provisão no valor de 40.000,00 €;
- ♥ Processo nº 690/14.7BEALM do Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada, intentada por Rui de Jesus Figueiredo Ribeiro, alegando negligência médica na assistência que lhe foi prestada. Face a relatório do advogado, o CHBM por uma questão de prudência constitui uma provisão no valor de 60.587,58 €;
- ♥ Processo nº 2745/15.1BEALM do Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada, intentada por Maria de Fátima Guerreiro Ludovino, alegando negligência médica na assistência que lhe foi prestada. Face a relatório do advogado, o CHBM por uma questão de prudência constitui uma provisão no valor de 75.000,00 €.

Não foram detectados quaisquer desfasamentos entre o valor das provisões e contingências e o valor relevado nas demonstrações financeiras da entidade.

4.6. Acréscimos e Diferimentos

4.6.1. Revisão analítica

Evolução Trimestral	2013		2014				2015			
	4º Trím.	1º Trím.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trím.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trím.	
Acréscimos e Diferimentos	75.959.208	91.255.819	82.226.206	92.201.081	59.125.746	72.862.600	90.394.053	85.839.606	21.740.622	
<i>Variação trimestral</i>		20%	-10%	12%	-36%	23%	24%	-5%	-75%	
<i>Variação homóloga (Δ14/15)</i>					-22%				-63%	

Em comparação com o período homólogo de 2014, validámos uma diminuição do saldo de acréscimos e diferimentos em cerca de 63%, estando grande parte relacionado com a faturação do contrato-programa à ACSS, IP relativo ao ano de 2015. De referir que ainda se encontra em falta uma parte significativa da faturação dos contratos programa de 2012, 2013 e 2014, situação que revela o atraso que se verifica na faturação dos atos médicos, sendo necessário efetuar acréscimos mensais de proveitos associados ao contrato-programa, por forma a se conseguir obter informação sobre os rendimentos da entidade.

4.6.2. Trabalho desenvolvido

No quadro seguinte apresentamos um mapa resumo dos Acréscimos e Diferimentos:

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS					
Conta A&D	Tipo	Saldo inicial	Saldo Final	Ajustamento	Saldo Corrigido
2721	Acréscimo de Vendas e PS	65.806.463,01 €	28.796.348,73 €	0,00 €	28.796.348,73 €
	Total acréscimo de rendimentos	65.806.463,01 €	28.796.348,73 €	0,00 €	28.796.348,73 €
2722	Acréscimo de FSE	245.273,86 €	281.554,75 €	0,00 €	281.554,75 €
2722	Acréscimo de gastos com o pessoal	5.672.245,02 €	6.010.973,17 €	0,00 €	6.010.973,17 €
2722	Acréscimo de outros gastos operacionais	763.198,55 €	763.198,55 €	0,00 €	763.198,55 €
2722	Acréscimo de juros e outros gastos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Total acréscimo de gastos	6.680.717,43 €	7.055.726,47 €	0,00 €	7.055.726,47 €
281	Diferimento de FSE	0,00 €	0,00 €	2.295,00 €	2.295,00 €
	Total de gastos a reconhecer	0,00 €	0,00 €	2.295,00 €	2.295,00 €

4.6.3. Devedores por acréscimos de rendimentos

Na conta 272121 – ACSS, IP registam-se os valores referentes ao contrato-programa do **CHBM**, na parte que respeita à Produção SNS. À medida que se emitem as faturas á ACSS, entidade que procede ao pagamento dos valores do contrato-programa, anulam-se os valores “estimados”, creditando a conta 272121 pelo valor das mesmas.

Procedemos à validação dos montantes que deveriam estar acrescidos a proveitos, não se tendo detetado qualquer incoerência:

Contrato Programa	Valores por faturar
2012	526.460,18 €
2013	22.935.981,39 €
2014	1.658.697,60 €
2015	2.389.268,76 €
Total acréscimo de proveitos	27.510.407,93 €
Total acréscimo de proveitos contabilizado (272121)	27.510.407,93 €
Diferença	0,00 €

Anos	Saldo Inicial	Varição	Saldo Final
2011	927.360,00	-927.360,00	0,00
2012	7.040.231,23	-6.513.771,05	526.460,18
2013	55.757.012,52	-32.821.031,13	22.935.981,39
2014	1.658.697,60	0,00	1.658.697,60
2015	-	-	2.389.268,76
	65.383.301,35	-40.262.162,18	27.510.407,93

O quadro seguinte evidencia os valores ainda por faturar, por anos e por tipologia de programa:

Valores por faturar	2012	2013	2014	2015	Total
HIV		4.515.939,12 €			4.515.939,12 €
Incentivos		1.738.924,51 €	1.658.697,60 €	2.389.268,76 €	5.786.890,87 €
SIGIC	526.460,18 €	565.984,27 €			1.092.444,45 €
Facturação não contabilizada		3.510.431,68 €			3.510.431,68 €
Registos Processados não facturados					- €
Registos não processados					- €
Convergência		1.556.751,92 €			1.556.751,92 €
Reforço Equilíbrio Orçamental		11.047.949,89 €			11.047.949,89 €
	526.460,18 €	22.935.981,39 €	1.658.697,60 €	2.389.268,76 €	27.510.407,93 €
	Total acréscimo de proveitos contabilizado (272121)				27.510.407,93 €

Face ao período de 2015, foi estimado um valor de € 2.389.268,76, conforme quadro seguinte:

Estimativa Acréscimo 2015	
Prev. C. Prog 1º Trim / 2015	14.670.011,95
Prev C.Prog Abril/2015	4.755.431,70
Prev.C.Prog Maio/2015	4.682.760,19
Prev. C.Prog. Junho/2015	4.735.286,30
Prev. C.Prog Julho/2015	5.113.314,73
Prev.C.Prog Agosto/2015	4.883.976,39
Prev.C.Prog Setembro/2015	4.249.415,01
Prev. C.Prog Outubro/2015	4.915.307,01
Prev. C.Prog Novembro/2015	4.908.525,54
Prev.CProg Dezembro/2015	5.461.837,59
C.Prog Dezembro /2015	86.195,63
Factura FD16000105	-56.072.793,28
Valor estimado Por faturar	2.389.268,76

Na rubrica 272122 – Hepatite C, foram acrescidos 838.198,52 € de rendimentos, âmbito programa de financiamento centralizado da Hepatite C e que resultam dos valores ainda por receber por parte da ACSS;

Os restantes 447.742,28 € foram por nós validados e dizem respeito a:

- ♥ 446.297,53 €, referentes às taxas moderadoras de 2015 e anos anteriores que ainda não se encontravam faturadas a 31 de dezembro de 2015, conforme quadro seguinte:

Taxas por cobrar Atos 2012	Taxas por cobrar Atos 2013	Taxas por cobrar Atos 2014	Taxas por cobrar Atos 2015	Total
132.339,35	294.177,40	370.673,30	477.945,75	1.275.135,80
Ano 2014				419.703,37
Ano 2015				446.297,53
Reforço				26.594,16
Previsão			35%	446.297,53

As taxas moderadoras são reconhecidas como rédito no momento do recebimento. Todavia, no final de cada período o CHBM retira um mapa da aplicação de gestão de taxas moderadoras, com os casos concluídos e que ainda não foram liquidados pelos utentes, reconhecendo uma parte como acréscimo de rendimentos. À data de 31 de dezembro de 2015, da quantia de taxas por cobrar (1.275.135,80 €), o CHBM entendeu reconhecer como rédito de 35% dessa quantia, por considerar ser a melhor estimativa disponível face à previsão de cobrança.

Face ao anteriormente mencionado, recomendamos que o procedimento de reconhecimento do rédito das taxas moderadoras seja revisto, para que o reconhecimento possa ser registado no momento aquando do serviço é prestado, conforme o estabelecido na NCRF 20 – Rédito.

- ♥ 1.444,75 €, referente a notas de crédito de fornecedores, datadas de 2016 mas que dizem respeito a operações do período de 2015.

4.6.4. Credores por acréscimos de gastos

Na conta 27222 a entidade registou o valor de 6.010.973,17 € relativo à estimativa de:

- ♥ 5.376.611,61 €, Remunerações a Liquidar (férias, subsídio de férias e encargos patronais), a processar e pagar em 2016;
- ♥ 634.361,56 €, de horas extraordinárias, prevenções, subsídios de turno e SIGIC, pago em 2016 e referentes a 2015.

Verificámos que a conta 2722818 – Outros acréscimos de gastos evidência um saldo de 1.044.753,30 € relativos a:

- ♥ Acréscimos de gastos de fornecimentos e serviços externos acrescidos no anterior ainda não faturados pelos fornecedores no valor de 85.981,11 €;

- ♥ Acréscimos de gastos de fornecimentos e serviços externos acrescidos no ano em análise, cujas faturas têm data posterior a 2015, no entanto, referem-se a operações efetuadas (gastos de 2015) durante o ano de 2015, no valor de 195.573,64 €, conforme quadro seguinte:

Descrição	Valor
Conservação e Reparação (Análise alimentos)	1.841,90
Trabalhos especializados (auditoria Ministério da Saúde)	4.000,00
Honorários Médicos	1.680,00
Gás	50.589,29
Outros FSE	137.462,45
Acréscimo de documentos de 2015	195.573,64

Verificámos que ainda relativamente a esta rubrica permanece em saldo de anos anteriores o valor de € 763.198,55, relativo a empréstimos de medicamentos concedidos por vários hospitais. Recomendamos que para o período de 2016, o CHBM proceda à sua análise e respetiva regularização.

4.6.5. Credores por gastos a reconhecer

Quanto aos gastos a reconhecer, verificámos que o CHBM, não diferiu o montante de gastos no valor de 2.295,00 €, relativos a seguros de Responsabilidade Civil (338,14 €), Acidentes Pessoais (509,68 €) e seguro Auto - Frota (1.647,18 €). Desta forma, embora sejam valores imateriais, os gastos do ano de 2015 encontram-se sobreavaliados neste montante.

A entidade teve em consideração os pressupostos da periodização dos resultados, efectuando de forma adequada as respectivas especializações de rendimentos e gastos.

4.7. Fundos Patrimoniais

4.7.1. Revisão Analítica

Evolução Trimestral	2013		2014				2015			
	4º Trím.	1º Trím.	2º Trím.	3º Trím.	4º Trím.	1º Trím.	2º Trím.	3º Trím.	4º Trím.	
Capital	-41.443.861	-30.463.658	-32.453.542	-39.482.925	11.607.634	8.650.154	4.612.531	1.361.363	-813.093	
<i>Variação trimestral</i>		26%	-7%	-22%	129%	-25%	-47%	-70%	-160%	
<i>Variação homóloga (Δ14/15)</i>					-128%				-107%	

Verificámos uma redução dos Fundos patrimoniais de cerca de 107%, uma vez que no exercício corrente a entidade apresentou um resultado negativo na ordem de 12,3 milhões de euros, comparado com o resultado negativo do ano anterior que foi na ordem dos 101,9 mil euros (menos

11.938% que o de 2015). Verificámos ainda uma diminuição nas rubricas dos excedentes de revalorização e dos subsídios ao investimento e doações.

4.7.2. Capital Estatutário

Durante o ano 2015 não se verificaram quaisquer alterações no capital estatutário do CHBM, cujo valor é de **99.030.000,00 €**.

4.7.1. Resultados transitados

Verificámos que os resultados negativos no montante de 101.924,03 €, foram transferidos na íntegra para resultados transitados, conforme ata n.º 17/2015 de 23 de abril de 2015.

4.7.2. Excedentes de Revalorização

Foi efetuada uma revalorização dos terrenos e dos edifícios do Hospital do Barreiro em 1 de dezembro de 2013, que provocaram o registo de uma reserva de reavaliação no montante de 27.802.567,80 €. Conferimos os cálculos e o registo da reserva de reavaliação, bem como o cálculo dos impostos diferidos, conforme quadro seguinte:

	Hospital do Barreiro			Hospital do Montijo
	Valor antes Rev.	Revalorização	Valor após Rev.	
Terrenos	234.556,45 €	3.371.051,09 €	3.605.607,54 €	4.987,98 €
Edifícios	15.632.432,93 €	16.179.054,91 €	31.811.487,84 €	5.331.946,15 €
Depreciações	- 8.252.461,80 €	8.252.461,80 €	- 220.459,90 €	- 1.790.760,85 €
	7.614.527,58 €	27.802.567,80 €	35.196.635,48 €	3.546.173,28 €
Utilização 2013		- 157.112,45 €		
Utilização 2014		- 1.889.414,10 €		
Utilização 2015		- 1.906.939,58 €		
Saldo Final - Ex. Revalorização		23.849.101,67 €		
Saldo Final - Impostos		- 5.008.311,36 €		

Verificámos que no final do ano foi registada a utilização da reserva de reavaliação, transferindo-a para resultados transitados, bem como o registo dos impostos diferidos, conforme quadro seguinte:

Ano 2015		
	Depreciação Anual antes REV.	Depreciação Anual após REV.
Hospital Barreiro	738.578,74 €	2.645.518,32 €
Utilização Res. Reavaliação		1.906.939,58 €
Impostos diferidos		400.457,31 €

4.7.3. Subsídios ao investimento

Esta conta é movimentada da seguinte forma:

- ♥ A crédito, pelas entradas de dinheiro para financiamento de bens de investimento ligados a projetos específicos.
- ♥ A débito, pelas transferências para a conta 7883 - Rendimentos de subsídios ao investimento, que correspondem às amortizações dos investimentos a que respeitam, na proporção do financiamento.

Este ficheiro foi durante o presente exercício devidamente validado e atualizado com as depreciações ocorridas durante o ano de 2015, dos bens que foram objeto de cofinanciamento.

O quadro seguinte evidencia os movimentos ocorridos no ano de 2015, relativos a subsídios ao investimento.

PROJECTO	Valor Bens Imobilizado	Transferência de valor para 7983 associada a Amort	Saldo final (31/12/2015) da conta 593	A.Acum. 2015	Valor escriturado	Taxa de compart.	Valor Líquido compart.
SONHO - Instalação nos vários serviços de internamento e hospitais de dia	164.500,39	417,58	2.889,32	160.647,98	3.852,41	75%	2.889,31
Desenvolvimento e Apetrechamento para a área Oncológica - Projecto integrado para o Hospital	107.063,75	4.014,89	33.198,25	62.799,42	44.264,33	75%	33.198,25
Instalação de uma Unidade de Radioterapia	1.940.167,07	39.103,01	365.069,99	1.034.486,35	905.680,72	40%	365.069,99
	3.103.121,51	-	-	3.103.121,51	0,00	50%	0,00
Aquisição de um Sistema de Arquivo e Comunicação de Imagem Digital (PACS)	677.031,30	-	-	677.031,30	0,00	72%	0,00
Qualificação Unidade de Cirurgia em Ambulatório	1.499.254,23	50.209,32	508.875,97	681.557,55	817.696,68	62%	508.875,97
Farmácia 1ª Fase	9.600,00	720,00	2.760,00	5.920,00	3.680,00	75%	2.760,00
	376.765,71	8.520,81	133.339,70	81.970,91	294.794,80	45%	133.339,70
Cuidados Paliativos	229.998,81	9.982,36	140.896,62	89.102,19	140.896,62	100%	140.896,62
Infertilidade/procriação médica assistida	181.982,78	6.669,73	8.950,84	173.031,94	8.950,84	100%	8.950,84
TOTAL	9.076.533,21	119.637,70	1.195.980,69	6.069.669,14	2.219.816,41		1.195.980,69
Valores contabilizados em 2015	-	119.637,70	1.195.980,69				
Diferença	-	-	-				
Cálculo Impostos Diferidos	-	25.123,92	251.155,94				
Valores contabilizados em 2015	-	25.123,92	251.155,94				
Diferença	-	-	0,00				0,00

Verificámos que durante o ano de 2015, não ocorreram novos subsídios ao investimento.

4.7.4. Doações de bens de investimento

Verificámos todos os movimentos ocorridos nesta conta, tendo-se verificado a doação de bens durante o período de 2015 no valor de 3.908,60 €, conforme o quadro seguinte:

	Doações	Impostos Diferidos	Taxa
Bens anteriores a 2014	357.963,33 €	- 75.172,30 €	21%
Bens doados em 2015	3.908,60 €	- 820,81 €	21%
	361.871,93 €	- 75.993,11 €	
	Depreciações	Impostos Diferidos	Taxa
Depreciações Acum a 2014	- 282.054,89 €	59.231,53 €	21%
Depreciações do período 2015	- 34.339,06 €	7.211,20 €	21%
	- 316.393,95 €	66.442,73 €	
Valor Líquido dos Bens Doados	45.477,98 €	- 9.550,38 €	21%

5. AUDITORIA AOS ITENS DE RESULTADOS

Pela leitura das Demonstrações Financeiras de 2015, verifica-se que estas apresentam um resultado líquido negativo de **12.269.837,59 €**, correspondendo a um EBITDA¹ também negativo de **8.556.593,07 €**.

No quadro seguinte apresentamos um quadro síntese das variações ocorridas entre 2014 e 2015 nas rubricas de rendimentos e gastos:

Rendimentos e Gastos	Períodos		Variação	
	4º Trimestre de 2015	4º Trimestre de 2014	Valor	%
Vendas e Serviços Prestados	61.436.964	65.331.801	-3.894.837	(6,0)
Subsídios à exploração	40.332	388.178	-347.847	(89,6)
CMVMC	-17.840.624	-16.914.500	-926.124	5,5
Fornecimentos e serviços externos	-11.915.643	-11.455.031	-460.612	4,0
Gastos com o pessoal	-42.832.791	-42.289.527	-543.265	1,3
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-228	27.294	-27.522	(100,8)
Provisões (aumentos/reduções)	-343.097	122.024	-465.122	(381,2)
Outros rendimentos e ganhos	3.218.924	8.981.656	-5.762.733	(64,2)
Outros gastos e perdas	-320.429	-300.302	-20.127	(6,7)
Resultado antes de depreciações,gastos de financiamento e impostos	-8.556.594	3.891.594	-12.448.188	319,9
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-4.120.316	-4.329.990	209.673	4,8
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-12.676.910	-438.396	-12.238.514	(2.791,7)
Resultado antes de impostos	-12.676.910	-438.396	-12.238.514	(2.791,7)
Imposto sobre o rendimento do período	407.072	336.472	70.599	20,98226
Resultado líquido do período	-12.269.838	-101.924	-12.167.914	(11.938,3)

Foram analisados e testados os vários elementos de gastos, rendimentos, perdas e ganhos registados no período:

¹ EBITDA – Lucros antes de Juros de Financiamento, Impostos, Depreciações e Amortizações (ou Resultado Operacional + Amortizações + Ajustamentos).

5.1. Rendimentos e Ganhos

No quadro seguinte apresentamos a variação dos rendimentos e ganhos ocorridos durante o ano de 2015:

Contas de Rendimentos	Mês												Total Geral	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Valor	%
72 - Prestações de serviços	222.942	225.084	14.969.158	5.015.062	4.937.037	4.956.264	5.322.984	5.043.196	4.492.635	5.252.873	5.189.053	5.810.676	61.436.964	95,0%
75 - Subsídios à exploração											2.833	37.500	40.333	0,1%
78 - O. Rendimentos e Ganhos	20.168	48.577	54.096	51.082	12.346	65.549	140.386	13.093	100.359	170.987	203.307	2.338.972	3.218.924	5,0%
Valor	243.110	273.661	15.023.254	5.066.144	4.949.384	5.021.813	5.463.371	5.056.289	4.592.994	5.423.860	5.395.193	8.187.148	64.696.220	100,0%
%	0,4%	0,4%	23,2%	7,8%	7,7%	7,8%	8,4%	7,8%	7,1%	8,4%	8,3%	12,7%		

O volume das prestações de serviços foi analisado e validado aquando dos testes efetuados nas áreas de clientes e outros devedores não financeiros e de acréscimos e diferimentos e diz fundamentalmente respeito aos valores do contrato-programa de 2015.

No que respeita aos subsídios à exploração, o valor de € 37.500,00 € relativos à transferência da Fundação Calouste Gulbenkian para a criação de unidade Domiciliária de Cuidados Paliativos.

A imputação a resultados dos subsídios ao investimento e das doações foram analisadas nos pontos 4.7.3 e 4.7.4 anteriores.

Os outros rendimentos e ganhos foram por nós validados e dizem fundamentalmente respeito a:

- ♥ Correções de insuficiência de estimativas relativas aos acréscimos de rendimentos dos contratos programa de anos anteriores, no montante de € 358.375,10, conforme quadro seguinte:

Descrição	Valor
Insuf. Estimativa - C.Programa 2012	34.527,74
Insuf. Estimativa - 2011 HIV	13.938,00
Insuf. Estimativa - 2012 HIV	309.909,36
	358.375,10

- ♥ As verbas transferidas das ACSS, no valor de € 615.230,36, no âmbito programa de financiamento centralizado da Hepatite C;
- ♥ Valores pagos em anos anteriores pela ACSS no âmbito do programa extraordinário de regularização de dívidas de 2012 (Despacho n.º 2333/2012) que foi durante o ano de 2015 imputado a pagamentos via SPA (Hospital do Montijo), no montante de 658.150,67€. Deste modo foram reconhecidos em rendimentos no corrente ano.

5.2. Gastos e Perdas

Os seguintes gastos e perdas foram analisados nos pontos associados:

- ♥ Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas foi analisado aquando dos testes efectuados na área de inventários – ver ponto 4.2;
- ♥ Depreciações dos activos fixos tangíveis encontram-se analisadas no ponto 4.1.2;
- ♥ Amortizações dos activos intangíveis encontram-se analisadas no ponto 4.1.3;
- ♥ Imparidades ao activo da entidade encontram-se analisadas nos pontos 4.1, 4.2, 4.3.1 e 4.3.3;
- ♥ Perdas por reduções de justo valor encontram-se analisadas no ponto 0;
- ♥ Provisões encontram-se analisadas no ponto 4.5;
- ♥ Outros gastos financeiros foram analisados no ponto 4.3.4.

Relativamente aos Fornecimentos e Serviços Externos procedemos a uma análise do balancete de forma a identificarmos as subcontas com os saldos mais expressivos.

Após esta análise prévia às subcontas, considerámos para análise documental as subcontas que constam no quadro abaixo indicado. Seleccionámos para amostra, com base nos extratos de conta, os documentos com valor mais significativo de cada uma das subcontas.

Conta	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Total Geral	%
621	551	153.125	446.989	257.496	180.079	395.688	237.764	245.964	246.162	233.756	268.186	1.337.457	4.003.217	34%
622	17.953	176.548	442.107	278.509	652.852	388.316	291.767	569.053	567.626	332.960	360.170	913.549	4.991.410	42%
623		172	13.947	601	195	168	83	217	882	209	152	267	16.894	0%
624		23.365	182.642	18.936	151.817	186.434	19.142	31.210	229.189	83.161	103.875	245.441	1.275.210	11%
625		154											154	0%
626	23.241	101.099	140.216	83.784	252.081	178.569	53.112	146.918	237.161	42.379	105.613	264.583	1.628.757	14%
Total	41.745	454.463	1.225.901	639.326	1.237.024	1.149.176	601.869	993.362	1.281.019	692.465	837.996	2.761.297	11.915.643	
%	0%	4%	10%	5%	10%	10%	5%	8%	11%	6%	7%	23%		

Nos documentos verificados foi validada a conformidade dos procedimentos de registo, natureza da conta, requisitos do artigo 36º do CIVA.

Da verificação documental efetuada, identificámos que todos os documentos analisados cumprem com os requisitos do artigo 36º do CIVA, nomeadamente serem datados; numerados; conter o nome, firma ou denominação social e a sede ou domicílio do fornecedor de bens ou prestador de serviços e do destinatário ou adquirente bem como os correspondentes números de identificação fiscal dos sujeitos passivos de imposto; a quantidade e denominação usual dos bens transmitidos ou dos serviços prestados; o preço, líquido de imposto, e os outros elementos incluídos no valor tributável e as taxas aplicáveis e o montante de imposto devido.

Na análise efetuada aos Custos com o Pessoal, foi testado o processamento de salários de um mês (**dezembro de 2015**) por amostragem, tendo-se procedido à validação dos valores com base nos seguintes procedimentos:

- Cruzamento dos mapas dos Recursos Humanos (ex.: Mapas rhl0034, rhl0044, rhl0082, rhl0106, rhl0127, rhl0147), com a indicação dos valores das remunerações brutas, respetivos descontos de cada colaborador, encargos da entidade patronal e remunerações líquidas pagas, com os valores processados e registados na contabilidade;
- Apuramento das diferenças entre os mapas dos Recursos Humanos e os processados na contabilidade, nas contas respetivas; e
- Validação dos documentos que suportam as diferenças verificadas.

Relativamente ao teste ao processamento de dezembro, foram testados por amostragem 50 colaboradores de diferentes categorias profissionais, tendo-se detetada uma diferença imaterial no valor de 178,14€. Esta diferença deve-se essencialmente ao facto de no mês de dezembro terem sido processadas remunerações e descontadas faltas e baixas de meses anteriores, cujos acertos de impostos e respetivo pagamento foram refletidos no mesmo recibo que as remunerações do corrente mês.

Foi também testada a estimativa de férias e subsídio de férias. A mesma encontra-se analisada no ponto 4.6.4 anterior.

De referir que as retenções de rendimentos bem como as demais contribuições encontram-se analisadas no ponto 4.3.5.2 anterior.

O mapa seguinte apresenta os restantes custos e perdas, por nós analisados, ainda não abrangidos nos pontos anteriores do presente relatório:

Conta	Tipo	Saldo da conta*	Ajustamento	Saldo Corrigido
681	Impostos (excepto os reflectidos no PT24)	280,74 €	0,00	280,74 €
6883	Quotizações	20.003,52 €	0,00	20.003,52 €
6888	Outros gastos e perdas não especificados	269.066,67 €	0,00	269.066,67 €

Quanto aos outros gastos e perdas não especificados dizem fundamentalmente respeito a correções de excesso de estimativas relativas aos acréscimos de rendimentos dos contratos programa de anos anteriores.

6. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

6.1. Orçamento de Resultados

O Resultado Líquido no final de 2015 ascende a 12.269.837,59 € negativos, ficando 5,5% acima da previsão orçamental.

Resultados	Orçamento	Realizado	Desvio	
	2015	4º Trimestre	Valor	%
EBITDA	(8.773.773)	(8.556.594)	217.179	2,5
Resultado Operacional	(12.987.218)	(12.676.910)	310.308	2,4
Resultado Líquido	(12.987.218)	(12.269.838)	717.380	5,5

Este resultado apresenta um decréscimo 11.938,3% face ao ano anterior por efeito de uma subida de 2,8% dos gastos totais, conjugada com uma quebra nos rendimentos totais de 13,6%.

Resultados	4º Trimestre		Variação	
	2015	2014	Valor	%
EBITDA	(8.556.594)	3.891.594	(12.448.188)	319,9
Resultado Operacional	(12.676.909)	(438.396)	(12.238.513)	(2.791,7)
Resultado Líquido	(12.269.838)	(101.924)	(12.167.914)	(11.938,3)

6.1.1. Orçamento de Rendimentos e Ganhos

Os valores da execução orçamental são resumidos no quadro seguinte:

Contas	Orçamento	Realizado	Desvio	
	2015	2015	Valor	%
72 Prestação de serviços	62.783.890	61.436.964	(1.346.926)	(2,1)
74 Trabalhos para a própria entidade	0	40.333	40.333	100,0
78 Outros Rendimentos e Ganhos	385.435	3.218.924	2.833.489	735,1
79 Juros, Dividendos e outros Rendim. Similares	93.960	0	(93.960)	(100,0)
	63.263.285	64.696.220	1.432.935	2,3

- No final de 2015, o total dos **Rendimentos e Ganhos** ficou 2,3% acima do montante orçamento, o que se traduz num aumento da receita em cerca de 1,4 milhões de euros face ao previsto. De referir que no presente exercício o Hospital procedeu à regularização do acréscimo de rendimentos relacionado como contrato-programa no valor de 6,3 milhões de euros referentes a produção ainda não faturada.

Face a 2014 as variações foram as seguintes:

Contas		4º Trimestre		Variação	
		2015	2014	Valor	%
72	Prestações de serviços	61.436.964	65.331.801	(3.894.837)	(6,0)
75	Transferências e subsídios correntes obtidos	40.333	388.178	(347.846)	(89,6)
78	Outros rendimentos e ganhos	3.218.924	7.935.150	(4.716.226)	(59,4)
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0	1.046.506	(1.046.506)	(100,0)
		64.696.220	74.851.931	(10.155.711)	(13,6)

De referir que a variação verificada resulta por um lado do reconhecimento do acréscimo de rendimentos proveniente do valor por faturar referente ao contrato-programa e, por outro lado pelo facto de o período económico anterior ser influenciado por medidas extraordinárias de reequilíbrio financeiro do Contrato Programa e outros, que em 2015 tiveram um impacto menor. Verifica-se ainda o registo, em 2014, da regularização dos juros liquidados ao FASP_SNS.

- As **Prestações de Serviços** situam-se 2,1% abaixo do orçamentado para esta rubrica, o que representa um desvio negativo de 1.346.946 €, influenciado pela taxa de execução do Contrato Programa de 2015, que se situou nos 98%;

Contas		4º Trimestre		Variação		
		2015	2014	Valor	%	
SNS - Serv. Nac. Saúde (C. Progra)	7211 Internamento	22.209.825	22.779.803	(569.978)	(2,5)	
	7212 Consulta	7.668.015	6.992.566	675.449	9,7	
	72131 Urgência	6.188.287	5.840.555	347.733	6,0	
	7215 Hospital de Dia	721.416	621.829	99.588	16,0	
	72181 Serviço Domiciliário	3.244	6.057	(2.814)	(46,4)	
	721821 GDH Cirurgicos	4.683.688	2.391.573	2.292.115	95,8	
	721822 GDH Médicos	4.769.847	4.974.871	(205.025)	(4,1)	
	72183 Programas Verticais	4.458.754	4.422.286	36.468	0,8	
	72184 Plano de Convergência	3.787.317	11.288.007	(7.500.690)	(66,4)	
	72186 Outras Prestações de Serviços	3.971.668	3.236.260	735.409	22,7	
Outras Entidades Responsáveis	7221 Internamento	456.047	378.612	77.436	20,5	
	7222 Consulta Externa	24.925	22.357	2.568	11,5	
	72231 Urgência	251.464	199.134	52.330	26,3	
	7224 Quartos particulares	99	0	99	100,0	
	722611 Patologia Clínica	59.447	56.045	3.402	6,1	
	722612 Anatomia Patológica	(216)	(737)	521	(70,7)	
	722613 Imagiologia	43.265	24.074	19.190	79,7	
	722614 Cardiologia	466	117	349	299,1	
	722618 Outros	135.565	92.561	43.004	46,5	
	72262 De Terapêutica	0	(334)	334	(100,0)	
	72271 Tx Mod. Consultas	336.550	353.369	(16.820)	(4,8)	
	72272 Tx Mod. Urgências/SAP	594.191	595.590	(1.399)	(0,2)	
	72273 Tx Mod. Internamento	43.945	46.920	(2.975)	(6,3)	
	72274 Tx Mod. Meios Compl. Diag. e Terapêutica	491.160	477.320	13.840	2,9	
	72278 Tx Mod. Outros	26.594	68.064	(41.470)	(60,9)	
	7228 Outras prestações de serviços de saúde	8.710	3.201	5.509	172,1	
	7229 Outras prestações de serviços	502.690	461.700	40.990	8,9	
			61.436.964	65.331.801	(3.894.837)	(6,0)

No que respeita à variação face ao ano anterior, verificámos que as prestações de serviços diminuíram cerca de 6%, fundamentalmente face à diminuição verificada nos valores transferidos no âmbito das verbas de convergência.

Contas	4º Trimestre			Variação	
	2015	2014		Valor	%
7511 Transferências e subsídios correntes obtidos	2.833	313.178	●	(310.346)	(99,1)
7512 Subsídios correntes obtidos	37.500	75.000	●	(37.500)	(50,0)
	40.333	388.178	●	(347.846)	(89,6)

- As rubricas de **Subsídios à Exploração e Reversões** apresentaram um desvio negativo de 347.846 €, o que corresponde a uma diminuição de cerca de 89,6% face ao período anterior;
- Relativamente aos **Outros Rendimentos e Ganhos**, ficaram bastante acima do montante do orçamento anual para a rubrica no valor de 2.833.489 €, motivado fundamentalmente pelo registo da regularização dos acréscimos de rendimentos dos contratos programa dos anos anteriores. A variação face ao ano anterior é apresentada no quadro seguinte:

Contas	4º Trimestre			Variação	
	2015	2014		Valor	%
7811 Serviços sociais	99.305	100.058	●	(753)	(0,8)
7817 Exploração privada das instalações	108.429	113.624	●	(5.195)	(4,6)
7818 Outros rendimentos suplementares	1.623.542	228.445	●	1.395.097	610,7
782 Descontos de pronto pagamento obtidos	9.865	326.578	●	(316.713)	(97,0)
7842 Ganhos em Inventários-Sobras	9.115	13.552	●	(4.437)	(32,7)
7848 Ganhos em Inventários-Outros ganhos	18.144	0	●	18.144	100,0
7881 Correções relativas a períodos anteriores	358.375	0	●	358.375	100,0
7882 Excesso da estimativa p/impostos	8.779	0	●	8.779	100,0
7883 Imputação de subsídios para investimentos	153.977	202.069	●	(48.092)	(23,8)
7884 Benefícios de penalidades contratuais	8.497	2.462	●	6.035	245,1
7886 Outros juros	0	1.876	●	(1.876)	(100,0)
7887 Reembolsos	47.335	41.414	●	5.921	14,3
7888 Outros não especificados	773.562	6.905.074	●	(6.131.512)	(88,8)
	3.218.924	7.935.150	●	(4.716.226)	(59,4)

- Os **Juros, dividendos e outros rendimentos similares** situaram-se abaixo do montante orçamentado em 100% representando um desvio negativo de 93.960 €. Em comparação com o período anterior, verifica-se uma diminuição do saldo desta rubrica de 100%.

Contas	4º Trimestre			Variação	
	2015	2014		Valor	%
7911 De depósitos	0	367	●	(367)	(100,0)
798 Outros rendimentos similares	0	1.046.139	●	(1.046.139)	(100,0)
	0	1.046.506	●	(1.046.506)	(100,0)

6.1.2. Orçamento de Gastos e Perdas

Os valores da execução orçamental são resumidos no quadro seguinte:

Contas	Orçamento	Realizado	Desvio	
	2015	2015	Valor	%
61 CMVMC	17.533.469	17.840.624	307.155	1,8
62 Fornecimentos e serviços externos	12.139.904	11.915.643	(224.261)	(1,8)
63 Gastos com o pessoal	42.314.450	42.832.791	518.341	1,2
64 Gastos de depreciação e de amortização	4.213.445	4.120.316	(93.129)	(2,2)
65 Perdas por imparidade	0	228	228	100,0
67 Provisões do Período	25.000	343.097	318.097	1.272,4
68 Outros gastos e perdas	24.235	302.328	278.093	1.147,5
69 Gastos e perdas de financiamento	0	18.101	18.101	100,0
	76.250.503	77.373.129	1.122.626	1,5

- De acordo com os valores registados na Contabilidade, os **Gastos e Perdas** superaram no fim de 2015, o valor anual orçamentado, resultando um desvio positivo de 1.122.626 €.

Face a 2014 as variações foram as seguintes:

Contas	4º Trimestre		Variação	
	2015	2014	Valor	%
61 CMVMC	17.840.624	16.914.500	926.124	5,5
62 Fornecimentos e serviços externos	11.915.643	11.455.031	460.612	4,0
63 Gastos com o pessoal	42.832.791	42.289.527	543.265	1,3
64 Gastos de depreciação e de amortização	4.120.316	4.329.990	(209.673)	(4,8)
65 Perdas por imparidade	228	976	(749)	(76,7)
68 Outros gastos e perdas	302.328	300.302	2.026	0,7
69 Gastos e perdas de financiamento	18.101	0	18.101	100,0
	77.373.129	75.290.326	2.082.803	2,8

- Os **Consumos** apresentam um grau de execução superior ao valor orçamentado (1,8%), sendo que os aumentos mais significativos se verificaram no consumo de Produtos farmacêuticos (1.358.213 €).

No que respeita à variação face a igual período de 2014, verificámos um aumento do consumo em 926.124€, o que corresponde a um acréscimo de 5,5%, conforme apresentado no quadro da página seguinte:

Contas	4º Trimestre		Variação		
	2015	2014	Valor	%	
Produtos Farmacêuticos	6121111 Medicamentos CN nº3/2012	13.122.533	11.764.321	●	1.358.213 11,5
	6121112 O.Mat Consumo Clin CN nº3/2012	141.948	174.572	●	(32.624) (18,7)
	612112 Reagentes e Prod.Diag. Rápido	1.316.563	1.516.689	●	(200.127) (13,2)
	612113 Outros Produtos Farmacêuticos	279.376	307.168	●	(27.792) (9,0)
Material de Consumo Clínico	612121 De Penso	124.572	126.770	●	(2.198) (1,7)
	612122 Artigos Cirurgicos	296.786	372.522	●	(75.736) (20,3)
	612123 De Tratamento	599.534	713.815	●	(114.281) (16,0)
	612124 De Electromedicina	14.260	17.618	●	(3.357) (19,1)
	612125 De Laboratório	73.696	80.384	●	(6.688) (8,3)
	612126 Proteses	591.681	564.020	●	27.661 4,9
	612127 Osteosintese	113.240	126.106	●	(12.865) (10,2)
	612129 Outro Mat. Consumo Clínico	813.151	822.345	●	(9.194) (1,1)
	61213 Produtos Alimentares	1.594	1.889	●	(295) (15,6)
61214 Material de Consumo Hoteleiro	131.669	128.416	●	3.253 2,5	
61215 Mat. Consumo Administrativo	88.127	99.292	●	(11.165) (11,2)	
61216 Mat. Manutenção e Conservação	129.659	97.361	●	32.297 33,2	
61217 Outro Material de Consumo	2.234	1.212	●	1.022 84,4	
	17.840.624	16.914.500	●	926.124 5,5	

De referir que o acréscimo verificado no consumo de medicamentos, especificamente na rubrica dos Produtos Farmacêuticos que corresponde a rubrica com maior peso nos consumos, justifica-se essencialmente pela regularização contabilística dos gastos com os novos medicamentos para a Hepatite C e com o aumento do consumo de produtos farmacêuticos (a variação mais significativa ocorreu nos consumos de medicamentos da área da Infeciologia e de patologia auto-imune).

- Os **Fornecimentos e Serviços Externos** situaram-se 1,8 % abaixo do previsto, devido ao aumento significativo nos gastos com a emissão de termos de responsabilidade para o exterior (realização de Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica), com o transporte de doentes e com vales cirúrgicos enviados para o exterior.

No que respeita aos Subcontratos, face a 2014, verificámos um aumento dos gastos em 509.413 €, o que corresponde a um acréscimo de 14,6%, conforme apresentado no quadro seguinte:

Contas	4º Trimestre		Variação		
	2015	2014	Valor	%	
6214 PROD. VENDIDOS P/ FARMÁCIAS	0	13.175	●	(13.175) (100,0)	
6215 INTERNAMENTOS	800.853	403.416	●	397.437 98,5	
ENT. MINISTÉRIO SAÚDE	621811 ASSISTENCIA AMBULATORIA	8.627	22.059	●	(13.432) (60,9)
	621812 MEIOS COMPL. DIAGNOSTICO	368.610	424.711	●	(56.101) (13,2)
	621813 MEIOS COMPL. TERAPEUTICA	524.593	464.692	●	59.901 12,9
EM OUTRAS ENTIDADES	621891 ASSISTENCIA AMBULATORIA	524	3.401	●	(2.877) (84,6)
	621892 MEIOS COMPL. DIAGNOSTICO	1.338.389	1.407.327	●	(68.938) (4,9)
	621893 MEIOS COMPL. TERAPEUTICA	116.728	64.878	●	51.850 79,9
	621895 INTERNET TRANSPORTE DOENTES	727.858	609.646	●	118.212 19,4
	621896 APARELHOS COMPL. TERAPEUTICA	117.033	80.498	●	36.535 45,4
	4.003.217	3.493.804	●	509.413 14,6	

Este aumento está sobretudo relacionado com o aumento significativo na rubrica dos internamentos, de trabalhos executados no exterior, nomeadamente nos termos de responsabilidade enviados para outras entidades fora do Ministério da Saúde, assim como o acréscimo dos gastos com transporte de doentes.

No que respeita aos outros FSE, verificámos uma diminuição de 48.801 €, que corresponde a um decréscimo de 0,6% face ao ano anterior, conforme quadro seguinte:

Contas	4º Trimestre		Variação	
	2015	2014	Valor	%
62211 Serviços de Informática	24.860	24.890	(30)	(0,1)
62212 Alimentação	1.027.348	1.018.329	9.019	0,9
62213 Lavandaria	303.069	314.172	(11.102)	(3,5)
62214 Serviço Tec. Recursos Humanos	1.405.044	1.381.964	23.080	1,7
62218 Outros Trabalhos Especializados	392.256	512.547	(120.292)	(23,5)
6222 Publicidade e Propaganda	12.197	8.611	3.586	41,6
6223 Vigilância e Segurança	258.748	246.258	12.490	5,1
6224 Honorários	283.341	333.217	(49.876)	(15,0)
6226 Conservação e Reparação	1.283.801	1.208.008	75.793	6,3
6227 Serviços Bancários	745	687	58	8,4
6231 Ferramentas e utensílios de desg. rápido	2.179	2.313	(134)	(5,8)
6232 Livros de Documentação Técnica	14.715	22.097	(7.382)	(33,4)
6241 Electricidade	627.626	606.832	20.794	3,4
6242 Combustíveis	426.405	430.920	(4.515)	(1,0)
6243 Água	221.180	228.819	(7.639)	(3,3)
6251 Deslocações e Estadas	9	260	(251)	(96,7)
6253 Transporte de Mercadorias	146	442	(297)	(67,1)
6261 Rendas e Alugueres	107.397	102.842	4.555	4,4
6262 Comunicação	204.615	238.167	(33.552)	(14,1)
6263 Seguros	170.502	62.153	108.349	174,3
6265 Contencioso e Notariado	7.930	13.423	(5.493)	(40,9)
6266 Despesas de Representação	0	10	(10)	(100,0)
6267 Limpeza, higiene e conforto	1.099.927	1.165.793	(65.866)	(5,6)
6268 Outros Serviços	38.386	38.471	(85)	(0,2)
	7.912.426	7.961.227	(48.801)	(0,6)

- No que se refere aos **Gastos com o Pessoal** o montante executado ficou 1,2% abaixo do orçamentado para 2015, representando um desvio positivo de 518.341 €.

No que respeita às variações face ao ano anterior, verificámos que os mesmos aumentaram em cerca de 1,3%, o que corresponde a um acréscimo de 543.265 €. Esta variação justifica-se pela reposição de 20% dos cortes salariais definida na Lei do Orçamento de Estado e pelo aumento do número de efetivos nas áreas de Enfermagem e Assistência Operacional.

Verificámos que os maiores aumentos ocorreram nas rubricas das Remunerações Base do Pessoal (629.501 €), dos Subsídios de Férias (146.439 €) e dos Outros Suplementos (357.028 €).

No quadro seguinte apresentamos a variação verificada em cada uma das rubricas de gastos com pessoal:

Contas	4º Trimestre		Variação		
	2015	2014	Valor	%	
Órgãos Directivos	6311 Renumeração Base	202.471	200.369	●	2.103 1,0
	6312 Subsidio de Férias	18.347	18.317	●	29 0,2
	6313 Subsidio de Natal	16.998	16.790	●	209 1,2
	63141 Subsidio de Refeição	4.428	4.377	●	51 1,2
	63144 Despesas de Representação	56.199	55.868	●	331 0,6
6315 Prestações Sociais Diretas	2.132	2.248	●	(116) (5,2)	
Pessoal	6321 Renumerações Base do Pessoal	24.628.566	23.999.065	●	629.501 2,6
	6322 Subsidio de Férias	2.312.813	2.166.374	●	146.439 6,8
	6323 Subsidio de Natal	2.083.597	2.070.449	●	13.148 0,6
	632411 Horas Extraordinárias	2.414.420	2.627.169	●	(212.749) (8,1)
	632412 Prevenções	133.629	114.326	●	19.303 16,9
	632421 Noites e Suplementos	1.148.943	1.100.933	●	48.010 4,4
	63243 Abono Para Falhas	941	936	●	5 0,6
	63244 Subsídios de Refeição	1.421.239	1.394.471	●	26.768 1,9
	63245 Ajudas de Custo	4.285	1.738	●	2.547 146,5
	63248 Outros Suplementos	200.251	(156.777)	●	357.028 (227,7)
	6325 Prestações Sociais Diretas	40.926	40.239	●	687 1,7
	633 Benefícios Pós-emprego - Pensões	91.250	283.028	●	(191.778) (67,8)
	634 Indeminizações	1.155	317.607	●	(316.452) (99,6)
635 Encargos sobre Remunerações	7.788.383	7.787.803	●	579 0,0	
636 Seg. Contra Ac. & Doen. Prof.	885	1.875	●	(990) (52,8)	
638 Outros Gastos com o Pessoal	260.935	242.324	●	18.610 7,7	
	42.832.791	42.289.527	●	543.265 1,3	

No que respeita ao trabalho extraordinário, apresentamos no quadro seguinte a variação por rubrica:

Contas	4º Trimestre		Variação		
	2015	2014	Valor	%	
Horas Extraordinárias	6324112 H.Ext. - Médicos	2.363.486	2.550.241	●	(186.754) (7,3)
	6324113 H.Ext. - Enfermeiros	23.307	25.220	●	(1.913) (7,6)
	6324114 H.Ext. - Téc. Diag. e Terapeut	4.103	13.436	●	(9.333) (69,5)
	6324115 H.Ext. - Téc. Superior	2.352	19.109	●	(16.757) (87,7)
	6324116 H.Ext. - Assist. Técnico	4.711	3.443	●	1.269 36,9
	6324117 H.Ext. - Assist. Operacional	16.461	15.721	●	741 4,7
Prevenções	6324122 Prev. - Médicos	73.069	86.891	●	(13.822) (15,9)
	6324125 Prev. - Téc. Superior	33.545	0	●	33.545 100,0
	6324127 Prev. - Assist. Operacional	1.809	1.749	●	60 3,5
	6324128 Prev. - Informáticos	25.206	25.686	●	(480) (1,9)
Noites e Suplementos	6324212 N.Supl. - Médicos	168.528	145.856	●	22.672 15,5
	6324213 N. Supl. - Enfermeiros	681.130	662.297	●	18.833 2,8
	6324214 N.Supl.-Téc. Diag. Terapeutica	91.027	92.756	●	(1.729) (1,9)
	6324215 N.Supl. - Téc. Superior	2.542	4.502	●	(1.959) (43,5)
	6324216 N.Supl. - Assist. Técnico	19.755	21.452	●	(1.696) (7,9)
	6324217 N.Supl. - Assist. Operacional	185.960	174.071	●	11.890 6,8
	3.696.992	3.842.428	●	(145.436) (3,8)	

Verifica-se uma redução dos gastos com remunerações do trabalho extraordinário, devendo-se esta variação sobretudo ao controlo mais rigoroso dos custos com horas extraordinárias e também pela melhor racionalização dos recursos humanos.

- Relativamente às **Gastos de depreciação e de amortização**, verificámos que ficaram ligeiramente abaixo do orçamento para 2015 em 93.129 €, decorrente do término normal da vida útil dos bens e à diminuição do valor dos investimentos realizados nos últimos anos;
- Relativamente às **Provisões do período**, verificámos que ficaram muito acima do orçamento para 2015, em 318.097 € (1.272,4%), decorrente sobretudo do aumento das provisões reconhecidas no período para fazer face aos processos judiciais em curso;
- Os **Outros gastos e perdas** apresentam um desvio negativo face ao orçamentado de 1.147,5%, que resulta fundamentalmente da reclassificação dos gastos tendo em atenção o novo normativo aplicável (SNC). No quadro seguinte apresentamos a variação face ao ano anterior:

Contas	4º Trimestre			Variação	
	2015	2014		Valor	%
6813 Taxas	281	12.759	●	(12.479)	(97,8)
684 Perdas em inventários	5.141	5.714	●	(572)	(10,0)
687 Gastos e perdas em investimentos não financeiros	7.836	13.046	●	(5.210)	(39,9)
6881 Correções relativas a períodos anteriores	0	12.067	●	(12.067)	(100,0)
6883 Quotizações	20.004	15.204	●	4.799	31,6
6888 Outros não especificados	269.067	241.512	●	27.555	11,4
	302.328	300.302	●	2.026	0,7

- Relativamente aos **Gastos e perdas de financiamento**, verificámos que não foi orçamentado qualquer montante para esta rubrica, contudo durante o exercício foram reconhecidos cerca de 18.101 € referentes a juros de financiamento.

Contas	4º Trimestre			Variação	
	2015	2014		Valor	%
69181 Outros juros	394	0	●	394	100,0
69813 Juros Mora & Comp.	17.706	0	●	17.706	100,0
	18.101	0	●	18.101	100,0

6.2. Orçamento e Cabimentação

6.2.1. FSE e Subcontratos

A rubrica dos **Subcontratos** encontra-se cabimentada em 4.000.775 €, correspondendo a um grau de execução de 95,8% face ao montante orçamentado, conforme quadro seguinte:

Contas	4º Trimestre			Orçamento Disponível	% Execução Orçamental	% Encomendas Emitidas
	Orçamento	Cabimentos	Encomendas			
6215 OUTROS INTERNAMENTOS	800.950	800.853	787.070	97	100,0	98,3
ENT. MINISTÉRIO SAÚDE						
621811 ASSISTENCIA AMBULATORIA	7.380	7.380	7.380	0	100,0	100,0
621812 MEIOS COMPL. DIAGNOSTICO	392.054	371.947	365.104	20.107	94,9	93,1
621813 MEIOS COMPL. TERAPEUTICA	525.885	524.593	524.593	1.292	99,8	99,8
EM OUTRAS ENTIDADES						
621891 ASSISTENCIA AMBULATORIA	3.500	524	524	2.976	15,0	15,0
621892 MEIOS COMPL. DDIAGNOSTICO	1.409.806	1.336.019	1.328.609	73.787	94,8	94,2
621893 MEIOS COMPL. TERAPEUTICA	190.054	114.568	114.568	75.486	60,3	60,3
621895 INTERNT TRANSPORTE DOENTES	727.870	727.858	725.381	12	100,0	99,7
621896 APARELHOS COMPL. TERAPEUTICA	118.711	117.033	117.033	1.678	98,6	98,6
	4.176.210	4.000.775	3.970.262	175.435	95,8	95,1

No que respeita aos **Fornecimentos e Serviços** e considerando o orçamento anual disponível para esta rubrica (7.963.694 €) verificámos um grau de execução orçamental de 97,7% e um grau de execução das encomendas na ordem dos 96,4%.

Verificámos que na generalidade, as rubricas de gastos situam-se perto do limite anual orçamentado (100%), com exceção de algumas rubricas como Contencioso e Notariado (52,3%), Rendas e Alugueres (79%) e Publicidade e Propaganda (88,2%), conforme se apresenta no quadro seguinte:

Contas	4º Trimestre			Orçamento Disponível	% Execução Orçamental	% Encomendas Emitidas
	Orçamento	Cabimentos	Encomendas			
62211 Serviços de Informática	25.000	24.860	24.860	140	99,4	99,4
62212 Alimentação	1.029.960	1.027.348	1.027.348	2.612	99,7	99,7
62213 Lavandaria	319.431	303.069	303.069	16.362	94,9	94,9
62214 Serviço Tec. Recursos Humanos	1.444.120	1.405.676	1.378.023	38.444	97,3	95,4
62218 Outros Trabalhos Especializados	401.010	380.987	379.514	20.023	95,0	94,6
6222 Publicidade e Propaganda	13.835	12.197	12.197	1.638	88,2	88,2
6223 Vigilancia e Segurança	260.728	254.134	254.134	6.594	97,5	97,5
6224 Honorários	233.421	219.151	215.232	14.270	93,9	92,2
6226 Conservação e Reparação	1.287.950	1.283.892	1.279.609	4.058	99,7	99,4
6227 Serviços Bancários	1.110	745	734	365	67,1	66,1
6231 Ferramentas e Utensílios de Desg. Rápido	3.000	2.161	2.161	839	72,0	72,0
6232 Livros de Documentação Técnica	15.000	14.715	14.715	285	98,1	98,1
6233 Material de Escritório	250	0	0	250	0,0	0,0
6241 Electricidade	627.630	627.626	569.208	4	100,0	90,7
6242 Combustíveis	387.590	375.815	375.815	11.775	97,0	97,0
6243 Água	221.280	221.276	219.715	4	100,0	99,3
6248 Outros	500	0	0	500	0,0	0,0
6251 Deslocações e Estadas	500	9	9	491	1,7	1,7
6253 Transporte de Mercadorias	660	49	49	611	7,5	7,5
6261 Rendas e Alugueres	120.650	107.397	107.397	13.253	89,0	89,0
6262 Comunicação	216.300	204.615	198.407	11.685	94,6	91,7
6263 Seguros	177.750	170.502	170.502	7.248	95,9	95,9
6265 Contencioso e Notariado	15.000	7.852	7.797	7.148	52,3	52,0
6267 Limpeza, higiene e conforto	1.122.530	1.099.975	1.099.975	22.555	98,0	98,0
6268 Outros Serviços	38.489	36.146	34.304	2.343	93,9	89,1
	7.963.694	7.780.199	7.674.776	183.495	97,7	96,4

6.2.2. Custos com o Pessoal

Validámos que a rubrica de **Custos com o Pessoal** superou o valor do orçamento anual disponibilizado, tendo sido comprometido 101,2% do orçamento.

Contas	4º Trimestre			Orçamento Disponível	% Execução Compromissos	% Execução Orçamento
	Orçamento	Compromissos	Despesa Paga			
6311 Renumeração Base	202.472	202.471	185.592	1	100,0	91,7
6312 Subsídio de Férias	18.348	18.347	0	1	100,0	0,0
6313 Subsídio de Natal	17.005	16.998	16.998	7	100,0	100,0
63141 Subsídio de Refeição	4.428	4.428	4.428	0	100,0	100,0
63144 Despesas de Representação	56.205	56.199	56.199	6	100,0	100,0
6315 Prestações Sociais Diretas	2.133	2.132	2.132	1	99,9	99,9
Orgãos Directivos						
6321 Renumerações Base do Pessoal	24.630.193	24.628.525	22.501.538	1.668	100,0	91,4
6322 Subsídio de Férias	1.810.709	2.319.372	108.649	(508.663)	128,1	6,0
6323 Subsídio de Natal	2.084.177	2.083.947	2.083.597	230	100,0	100,0
632411 Horas Extraordinárias	2.424.324	2.424.319	2.424.319	5	100,0	100,0
632412 Prevenções	126.659	126.645	126.645	14	100,0	100,0
632421 Noites e Suplementos	1.129.612	1.129.515	1.130.774	97	100,0	100,1
63243 Abono Para Falhas	942	941	941	1	99,9	99,9
63244 Subsídios de Refeição	1.422.760	1.422.280	1.421.239	480	100,0	99,9
63245 Ajudas de Custo	4.287	4.285	4.285	2	99,9	99,9
63248 Outros Suplementos	194.990	194.987	194.986	3	100,0	100,0
6325 Prestações Sociais Diretas	41.010	40.927	40.926	83	99,8	99,8
Pessoal						
633 Benefícios Pós-emprego - Pensões	91.250	91.250	91.250	0	100,0	100,0
634 Indeminizações	1.074	1.073	1.073	1	99,9	99,9
635 Encargos s/ Remunerações	7.789.770	7.789.483	6.785.119	287	100,0	87,1
636 Seg. Contra Ac. & Doen. Prof.	886	885	885	1	99,9	99,9
638 Outros Gastos com o Pessoal	261.216	260.935	260.935	281	99,9	99,9
	42.314.450	42.819.942	37.442.509	(505.432)	101,2	88,5

6.2.3. Compras de Matérias-Primas

Os valores da execução orçamental são resumidos no quadro seguinte:

Contas	4º Trimestre			Orçamento Disponível	% Execução Orçamental	% Encomendas Emitidas
	Orçamento	Compromissos	Encomendas			
Produtos Farmacêuticos						
6121111 Medicamentos CN n°3/2012	12.418.006	12.412.081	12.412.062	5.925	100,0	100,0
6121112 O.Mat Consumo Clin CN n°3/2012	181.500	156.929	156.929	24.571	86,5	86,5
612112 Reagentes e Prod.Diag. Rápido	1.418.450	1.412.380	1.412.380	6.070	99,6	99,6
612113 Outros Produtos Farmacêuticos	304.850	290.575	290.575	14.275	95,3	95,3
Material de Consumo Clínico						
612121 De Penso	130.389	121.894	121.894	8.495	93,5	93,5
612122 Artigos Cirurgicos	327.469	282.758	282.758	44.711	86,3	86,3
612123 De Tratamento	630.194	588.879	588.879	41.315	93,4	93,4
612124 De Electromedicina	20.220	14.350	14.350	5.870	71,0	71,0
612125 De Laboratório	86.501	75.366	75.366	11.135	87,1	87,1
612126 Protezes	635.229	594.408	594.408	40.821	93,6	93,6
612127 Osteosintese	129.100	110.761	110.761	18.339	85,8	85,8
612129 Outro Mat. Consumo Clínico	882.575	828.426	828.425	54.149	93,9	93,9
61213 Produtos Alimentares	2.030	1.594	1.594	436	78,5	78,5
61214 Material de Consumo Hoteleiro	133.240	126.147	126.147	7.093	94,7	94,7
61215 Mat. Consumo Administrativo	101.390	97.266	97.266	4.124	95,9	95,9
61216 Mat. Manutenção e Conservação	130.036	124.095	124.095	5.941	95,4	95,4
61217 Outro Material de Consumo	2.290	2.234	2.234	56	97,6	97,6
	17.533.469	17.240.142	17.240.122	293.327	98,3	98,3

Verificámos que no final do período foram cabimentados 98,3% do orçamento e emitidas encomendas na mesma proporção, originando ainda uma poupança de cerca de 293 mil euros.

6.2.4. Investimentos

Os valores da execução orçamental são resumidos no quadro seguinte:

Contas	4º Trimestre			Orçamento Disponível	% Execução Orçamental	% Encomendas Emitidas
	Orçamento	Cabimentos	Encomendas			
432 Edifícios & Outras Constr.	273.510	260.165	260.165	13.345	95,1	95,1
433 Equipamento Básico	828.490	686.024	686.024	142.466	82,8	82,8
434 Equipamento Transporte	18.944	18.944	18.944	0	100,0	100,0
435 Equip. Administ. e Informático	82.756	58.113	58.113	24.643	70,2	70,2
437 Outros Ativos Fixos Tangíveis	3.500	3.198	3.198	302	91,4	91,4
443 Programas de Computador	2.800	2.738	2.738	62	97,8	97,8
	1.210.000	1.029.181	1.029.182	180.819	85,1	85,1

Validámos que se cabimentou 85,1% do orçamento previsto, o que representa um valor disponível de 180.819 € no final de 2015. Este valor é perfeitamente normal face a todas as limitações orçamentais impostas pela tutela.

IV – Auditoria aos Procedimentos

Nesta área de auditoria procedemos a um conjunto de verificações de forma a ser possível formular a nossa opinião sobre dois aspetos que consideramos essenciais na prestação de contas das entidades públicas: o cumprimento das obrigações decorrentes de um conjunto de normativos a que a entidade está subordinada; e, os processos e procedimentos instituídos e praticados no que concerne à contratação pública. As principais conclusões são relatadas nos pontos seguintes.

7. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

7.1. Dever de informação

O **Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E.** (CHBM) cumpriu com os deveres de informação, dado ter reportado à DGTF, IGF, ARS os seguintes instrumentos de gestão:

- ♥ Os Documentos de prestação anual de contas individuais: Relatório e Contas; Adenda I - Cumprimento das Obrigações Legais, Relatório do Governo Societário, bem como o Relatório de Auditoria Anual referentes ao exercício de 2014, foram remetidos em 30 de Abril de 2015 para ACSS, IGF, DGTF e á ARSLVT e ao Tribunal de Contas;
- ♥ O Plano estratégico para 2015 foi inserido na aplicação da ACSS no sistema SICA, pela 1ª vez no dia 30 de setembro de 2014, tendo sofrido várias alterações;
- ♥ Os Relatórios Analíticos de Desempenho Económico-Financeiro são elaborados mensalmente na plataforma da ACSS até ao dia 10 do mês seguinte;
- ♥ O relatório de governo societário expressa de forma apropriada os princípios subjacentes ao bom governo da entidade, designadamente explicitação das condições e níveis de cumprimento de orientações e objetivos de gestão.

7.2. Programa pagar a tempo e horas

A Entidade apresenta um prazo médio de pagamento a fornecedores em 2015 de **225** dias o que, comparativamente com os **271** dias do final do ano de 2014 representa uma diminuição em **46** dias. No entanto não foi cumprido o objetivo determinado na RCM n.º 34/2008 de 22 de Fevereiro, com a alteração introduzida pelo despacho 9870/2009, de 13 de Abril.

No quadro abaixo apresentamos a evolução dos últimos 2 anos:

Evolução do PMP (Dias)	
Ano 2014	Ano 2015
271	225

Verificámos ainda que a entidade, procedeu à adequada monitorização e publicitação da evolução dos indicadores dos prazos médios de pagamento a fornecedores e cumpriu com a prestação de informação exigida nos termos do DL nº 65-A/2011, de 17 de Maio.

7.3. Objetivos de redução do défice orçamental

Neste domínio validámos o cumprimento pelo CHBM de um conjunto de regras definidas pelo Governo em matéria de contributo das entidades públicas para o cumprimento dos objetivos de redução do défice orçamental e da despesa pública e para o controlo da dívida pública. Assim a entidade garantiu alinhamento com os objetivos de consolidação orçamental designadamente:

- ♥ Deu cumprimento ao disposto na alínea a) no artigo 41º da Lei 82-B/2014 de 31 de Dezembro, não tendo havido lugar no ano de 2015 à atribuição de prémios de gestão;
- ♥ Foi aplicada redução remuneratória aos membros do Conselho de Administração;
- ♥ Foi realizada a redução das remunerações dos seus trabalhadores, em conformidade com a Lei.
- ♥ Deu cumprimento ao disposto no artigo 75º da Lei nº 82-B/2014, pois procedeu à da redução nas prestações de serviços, nomeadamente nos procedimentos de advocacia (2 contratos), consultoria em RH (1 contrato) e manutenções.
- ♥ Cumpriu parcialmente o disposto no artigo 125º da Lei nº 82-B/2014, pois manteve 97,63% das suas disponibilidades em aplicações financeiras junto do IGCP, I.P.:

IGPC	
nº conta	Valores a 31-12-2015
4028	12 772,80
4422	2 908 392,31
1120014810	9 211 483,26
Total	12 132 648,37

Existem várias contas bancárias tituladas pelo CHBM, em instituições financeiras privadas conforme quadro abaixo:

Inst. Financeira	nº conta	Valores a 31-12-2015
BES	529012560006	107 567,37
	323091869	41 725,84
Santander	12106	93 509,23
	12107	51 673,46
TOTAL		294 475,90

 Os objetivos de desempenho económico-financeiro foram parcialmente alcançados:

Objetivos de Desempenho Económico-Financeiro 2015				
Objectivos	Real	Meta	Varição	Resultado
Percentagem dos custos com horas extraordinárias, suplementos e FSE (seleccionados), no total de custos com pessoal (€)	18,2%	11,8%	-0,06	Não Cumpriu
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos EBITDA (€)	-8 556 593,07	-8 773 773,38	217 180,31	cumpriu
Acréscimo de Dívida Vencida (fornecedores externos) (€)	-16 947 503,05	0,00	-16 947 503,05	Excedeu
Percentagem de rendimentos extra contrato-programa, no total dos rendimentos (%)	5,6%	5,6%	0,00%	Cumpriu

Relativamente, ao cumprimento dos objetivos no Apêndice II ao Acordo Modificativo 2015 do Contrato-Programa 2013-2015, no que diz respeito à percentagem dos gastos com horas extraordinárias, suplementos e fornecimentos de serviços Externos no total dos custos com o pessoal foi de 18,2% em 2015, tendo a meta sido fixada nos 11,8%, pelo que este objetivo **não foi cumprido**.

O objetivo fixado para que o resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos EBITDA (€) fosse de cerca € 8,7 milhões de euros negativos, **foi cumprido**, atingindo um valor de cerca de 8,5 milhões de euros negativos.

Foi ainda fixado como objetivo que não houvesse acréscimo de dívida vencida (fornecedores externos) de 2014 para 2015, o valor da dívida em 31-12-2015 em comparação com 31-12-2014 é de menos 16,9 milhões, pelo que este objetivo **foi cumprido**. Tal deve-se, em boa parte, à realização de um aumento de capital. Os pagamentos tiveram em conta a antiguidade da dívida, pelo que **foi cumprido** o disposto na alínea b) do nº 1 da cláusula 3ª do Acordo Modificativo 2015 do Contrato-Programa 2013-2015.

A meta fixada para a percentagem dos rendimentos extra contrato-programa no total dos rendimentos foi de 5,6 %, tendo sido alcançado 5,6%, pelo que este **objetivo foi cumprido**.

Os custos totais do CHBM apresentam um aumento de para 2014 (€75.290.327,00) para 2015 (€77.373.129.00), encontrando-se o valor acima do orçamentado (€76.250.503,00), pelo que **não cumpriu** o disposto na alínea c) do nº 1 da cláusula 3ª do Acordo Modificativo 2015 do Contrato-Programa 2013-2015.

Constatamos que o CHBM, em 2015 deu cumprimento ao disposto na Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, a qual estabelece as normas a que deve obedecer a assunção de novos compromissos nas Administrações Públicas, incluindo entidades públicas empresariais do Serviço Nacional de Saúde, isto foi conseguido graças ao aumento de capital.

O Conselho de Administração propôs à tutela Medidas Estruturais - Redução do Défice Operacional, para as quais até ao momento não foi obtida qualquer resposta.

8. CONTRATAÇÃO PÚBLICA

8.1. Aplicação das normas de contratação pública

O **Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E.** (CHBM) é uma entidade adjudicante nos termos da al. a), do nº 2, do artigo 2º, do Código dos Contratos Públicos (CCP); rege-se, em matéria de contratação, pelo disposto no Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro e suas posteriores alterações.

Foi realizada uma amostra de procedimentos aquisitivos realizados pelo CHBM e temos a recomendar:



- ♥ Redução do número de procedimentos pois verificámos que, apesar de em 2015 se ter denotado uma melhoria, se mantém a realização de vários procedimentos aquisitivos para a mesma tipologia de material pelo que recomendamos que, sempre que possível, seja realizada uma estimativa anual de consumo por forma agrupar num único procedimento (ex: material de conservação e reparação);
- ♥ Os ajustes diretos simplificados devem se enquadrados nos termos do artigo 128º CCP, ou seja o limite é 5.000,00 euros;
- ♥ Verificámos que a previsão das necessidades deverá ser realizada com rigor, isto porque existem vários procedimentos com reforço do valor adjudicado e despesa autorizada. Colocada a questão aos serviços, estes apresentaram a seguinte fundamentação:

"No âmbito dos trabalhos de Auditoria, importa esclarecer relativamente a reforços de valor adjudicado e de autorização da respectiva despesa em procedimentos anuais, sobretudo medicamentos oncológicos e HIV, material de consumo clínico e serviços.

Nas peças do procedimento, já se encontra prevista a possibilidade de variação de 20%, designadamente: "A quantidade estimada em mapa de quantidades, poderá ser acrescida ou reduzida, numa margem de 20%, em função das exactas necessidades de aquisição durante o período do contrato, sendo asseguradas com as mesmas condições contratuais ou outras mais vantajosas em função de eventual aumento de quantidades."

Naturalmente que esta previsão, nas situações em que seja efetivamente necessário adquirir maior quantidade, carece de ser reforçado o valor da despesa e a adjudicação, o que ocorreu e foi devidamente fundamentado, sobretudo em procedimentos relacionados com medicação oncológica e de HIV. Esta medicação é adquirida em função do número de doentes que efetivamente exista, ou seja, à data da elaboração do Plano de Compras (Junho e Julho) as previsões de necessidades para efeitos de procedimento de contratação são elaboradas tendo em conta o número de doentes existentes nessa data, o que naturalmente varia durante o período que medeia entre a data do ano de compras e os 12 meses de execução de contrato do ano seguinte.

Considera-se que este modelo garante o cumprimento da legalidade processual e acolhe a necessária eficácia processual, evitando-se a elaboração de ajustes diretos para os bens efetivamente necessários, em alternativa a este modelo de reforço do concurso/procedimento anual."

-  Verificámos que foi realizado um protocolo entre o SUCH e Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E., cujo valor estimado é de 153.120,00 euros para a fornecimento de serviços Técnicos e AVAC, Electromedicina, incluindo GLEC e TIM 2, esta contratação foi realizada ao abrigo do regime da contratação "in-house" nº 2 artigo 5º do CCP. Entendemos que esta prestação de serviços não foi devidamente enquadrada, pelo que este procedimento deveria ter sido submetido à concorrência.
-  Recomendamos ainda que seja dada continuidade ao esforço desenvolvido pelo serviço em 2015, para cumprir o disposto no artigo 465º do CCP, ou seja, a obrigação de publicitação no portal da internet dos elementos referentes à formação e à execução dos contratos públicos.

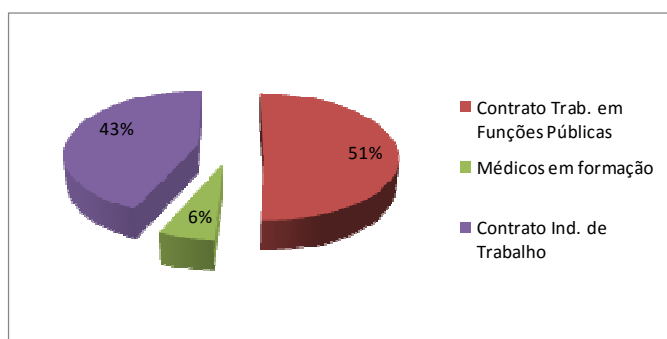
O CHBM cumpre de uma forma geral as obrigações legais referentes à aquisição de bens e serviços e empreitadas, com as ressalvas atrás mencionadas.

Recomendámos a redução no número de procedimentos para aquisição da mesma tipologia de material.

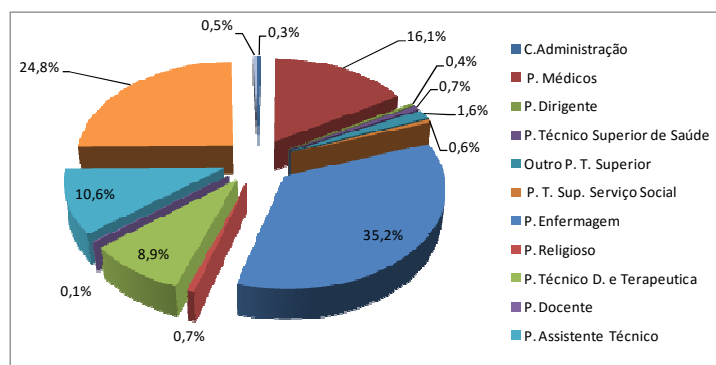
9. RECURSOS HUMANOS

Ao pessoal do **Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E.** (CHBM) aplica-se o regime do contrato contracto individual de trabalho, conforme o disposto no Código de Trabalho aprovado pela Lei nº 7/2009 de 12 de Fevereiro (artigo 14º do DL nº 233/2005, de 29 de Dezembro) e regime jurídico do contrato em funções Públicas, conforme o disposto na Lei nº 35/2014 de 20 de Junho.

O CHBM em 31 de Dezembro de 2015 contava com 1.609 recursos humanos, mais 20 colaboradores em regime de prestação de serviços, estando divididos da seguinte forma, de acordo com o vínculo profissional:



O gráfico seguinte apresenta os trabalhadores da entidade por Grupo Profissional:



Comparando os anos de 2014 e 2015, verifica-se um aumento de 76 colaboradores de 2014 para 2015, ou seja, o número de recursos humanos da entidade passou de 1.533 para 1.609. Também se verifica um aumento do número de prestadores de serviços que passa de 11 em 2014 para 20 em 2015.

Pela Resolução nº 45/2012, publicada na 2ª série do Diário da Republica em 21 de Novembro de 2012, foram nomeados os membros do Conselho de Administração, para um mandato de três anos, sendo este composto por 4 membros, produzindo esta resolução efeitos a 22 de Novembro de 2012, posteriormente pela Resolução nº 18/2013 foi nomeado o quinto membro do Conselho de Administração. O Conselho de Administração foi renomeado em 2015 pela Resolução do Conselho de Ministros nº 12/2015 de 12 de Fevereiro.

A remuneração fixa mensal líquida dos gestores públicos foi reduzida de acordo com o fixado na lei.

Verificámos que existem especialistas de cirurgia plástica e reconstitutiva aos quais foi fixado um complemento mensal de remuneração de 800 euros e abono mensal identificado como "Diversos - pessoal instituição" de 200 euros, aos quais acresce Subsidio de Direção/Chefia de 128,75 euros, mais verificámos que o complemento mensal de remuneração de 800 euros é abonado na base de 14 meses. O processamento destes valores mantém-se desde 2009, de forma fixa, no entanto, existe informação de que este complemento está associado à produtividade. Verificou-se que a produção de pelo menos um desses técnicos diminui de 2014 para 2015, existindo informação no processo que justifica essa diminuição e apesar disso, o montante processado manteve-se igual. Em 2016 o Conselho de Administração propõe-se reapreciar esta situação.

Em 2015 foram nomeados enfermeiros para o exercício de funções de direção e chefia aos quais foi atribuída uma compensação que se traduziu num suplemento remuneratório de 200€ para as funções de chefias e de 300€ para as funções de direção, tendo o CHBM entendido que tal não seria de enquadrar como valorização remuneratória, este entendimento foi sufragado pela ACSS e DGAEP.

Em 2014 mostrou-se necessário, segundo informação recolhida, proceder a nomeações de médicos que exercem funções de direção e chefia conforme deliberação do CA de 08/2014 (ata nº 4 de 23 de Janeiro de 2014) que se traduziu na atribuição/manutenção de um suplemento remuneratório, tendo sido solicitada autorização prévia à celebração desses contratos às entidades competentes mas que até à data ainda não foi obtida resposta. Verificámos que estes suplementos têm sido abonados, no entanto ainda não foram elaborados os contratos de comissão de serviços, pois o CHBM aguarda parecer prévio.

Relativamente aos "Contratos de Avença" recomendámos que nos casos em que é fixado um valor fixo mensal devem os mesmos referir, inequivocamente o que compõe essa prestação, ou seja, que tempo afeta ao serviço. A título de exemplo transcrevemos o teor da seguinte Cláusula "O valor dos honorários devidos pelo 1º outorgante ao 2º outorgante, relativos ao presente contrato, são de 2.500€ mensais, para efetuar C.P.R.E., uma vez por semana."

O nº 4 do artigo 14º do DL nº 233/2005, de 29 de Dezembro, com as alterações posteriores, nomeadamente o DL nº 244/2012 de 9 de Novembro, determina que os processos de recrutamento de pessoal devem assentar na adequação dos profissionais às funções a desenvolver e devem assegurar os princípios da igualdade de oportunidades, da imparcialidade, da boa-fé e da não discriminação, bem como da publicidade, exceto nos casos de manifesta urgência devidamente fundamentada.

Neste âmbito, verificámos que foram solicitadas as autorizações legalmente exigidas para o recrutamento de trabalhadores e a intenção de contratar foi devidamente publicitada.

Verificámos que antes do termo do período experimental é realizado um questionário de avaliação do colaborador por forma a ser assegurado a adequação do recurso.

O controlo de assiduidade é realizado por um sistema de registo biométrico (ELLO). Contudo este não se encontrava integrado com o processamento salarial, pelo que as ausências só terão influência nos vencimentos quando verificadas pelos de Recursos Humanos. O sistema permitiu essencialmente dispensar a folhas de ponto em papel. Em 2016 foi implementado um novo sistema por forma a permitir um controlo mais eficaz da assiduidade.

Recomendamos que se proceda à integração efetiva entre o sistema de controlo de assiduidade e pontualidade com o sistema de processamento remunerações

O risco de acidentes de trabalho encontrava-se devidamente segurado até 30 de Abril de 2015 através da apólice nº 1501491400070/3 da Companhia de Seguros Mapfre. A partir dessa data entrou em vigor a apólice nº 11/00013866 da Popular Seguros.

A segurança, higiene e saúde no trabalho é assegurada internamente pelo Serviço de Saúde Ocupacional.

V – Relatório de Gestão

Foi analisado e apreciado o Relatório de Gestão elaborado pela Administração, o qual reflete, em nosso entender, uma descrição fiel das atividades realizadas e das perspetivas para o **Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E.** Concordamos com a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração.

Lisboa, 26 de Abril de 2016,

ABC - AZEVEDO RODRIGUES, BATALHA, COSTA & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 115
Registada na C.M.V.M.

representada pelo sócio
José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues
ROC nº 681